

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

" A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO HOMEM DO CONTESTADO
ENQUANTO GRUPO SOCIAL "

CARLA ROSANE BRESSAN

Florianópolis, Santa Catarina
julho de 1992

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

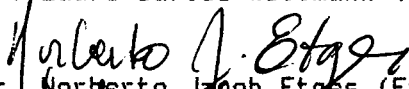
**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE
DO HOMEN DO CONTESTADO
ENQUANTO GRUPO SOCIAL**

Dissertação submetida ao Colegiado
do Curso de Mestrado em Educação
do Centro de Ciências da Educação
em cumprimento parcial para a ob-
tenção do Título de Mestre em Edu-
cação.

APROVADO PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM: 24 /08 /1992.



Prof. Dr. Lauro Carlos Wittmann (Orientador)



Prof. Dr. Norberto Jacob Elges (Examinador)



Prof. Dr. Selmino José Assmann (Examinador)



Profa. Dra. Maria da Graça N. Bollmann (suplente)


CARLA ROSANE BRESSAN

(...), se o homem se define essencialmente como ser prático, ou seja, como ser que transforma uma determinada realidade e produz uma nova realidade ao mesmo tempo em que transforma e produz a realidade humana, a história do homem nada mais é do que a história de sua práxis. O homem é histórico precisamente como ser prático. Ora, essa práxis humana, considerada historicamente, é sempre a atividade prática de seres humanos conscientes e, portanto, de sujeitos que aspiram realizar suas intenções e que perseguem seus próprios objetivos."

Adolfo Sánchez Vázquez

Agradecimentos

A minha família, pelo incentivo, apoio e compreensão;

ao prof^o Lauro, pelo rigor em suas análises e discussões, e pela sua amizade;

e, a todos que me cercam, que de uma forma ou de outra, contribuíram na minha caminhada.

SUMÁRIO

RESUMO / 6

ABSTRACT / 7

INTRODUÇÃO / 8

1- O MOVIMENTO DO CONTESTADO / 12

1.1- Da Crença à Organização do Grupo e primeiro Confronto / 14

1.2- O Período de Espera e a Criação das Cidades Santas / 25

1.3- A Guerra e o Extermínio / 31

2- AS INTERPRETAÇÕES DO MOVIMENTO / 41

2.1- O Contestado- como Movimento Messiânico / 43

2.2- O Contestado- como Movimento Religioso de Protesto Social / 71

2.3- O Contestado- como a Expressão da Luta de Classes / 85

3- A BASE MATERIAL DA PRODUÇÃO HISTÓRICA DO CONTESTADO / 104

3.1- Mudanças na Estrutura Social / 105

3.2- Novas Formas de Relações Sociais de Produção Capitalista / 115

3.3- A Estrutura de Poder / 130

4- O HOMEM DO CONTESTADO / 147

4.1- A Base Material na Produção do Novo Grupo Social / 148

4.2- Contribuições e Limites das Interpretações dadas ao
Movimento / 154

4.3- O Homem do Contestado Produzindo sua Nova Identida-
de / 161

CONSIDERAÇÕES FINAIS / 173

BIBLIOGRAFIA / 180

RESUMO

'A Construção da Identidade do Homem do Contestado enquanto Grupo Social' constitui-se num estudo do movimento social que ocorreu entre as duas primeiras décadas deste século. O movimento do Contestado consiste numa das primeiras lutas, dos trabalhadores rurais pelos seus direitos, na história catarinense e brasileira.

O trabalho analisa o movimento, tendo como determinante fundamental a produção material da existência do homem que viveu o movimento do Contestado. As novas formas de relações sociais de produção capitalista provocam alterações na estrutura social e na estrutura de poder.

O desvelamento desta base material da produção histórica do Contestado, oportunizou transcender as explicações tradicionais que o entendem como movimento messiânico, como movimento religioso caracterizado pelo protesto social e como luta de classes sociais.

ABSTRACT

This study- "The construction of the identity of the 'Contestado' human being as social group" - analyses a rural movement occurred in the south of Brazil in early this century. This movement was one of the first struggles held by Brazilian peasants fighting for their rights.

The study works out as basic determination of that movement the actual material production of that human being. New capitalist social relations were built up, bringing about changes in the political and social structure.

It works out the material economic basis of that construction, going beyond the traditional explanations describing it as a messianic movement, as a religious movement of social protest or as a class struggle movement.

INTRODUÇÃO

Este trabalho parte da compreensão da educação como um processo amplo de formação, que não se limita à prática educativa da instituição escolar.

Esta concepção está presente na minha formação e prática profissional. Tenho graduação na área de educação e serviço social. Sempre trabalhei em educação e com movimentos comunitários. Isto, de alguma forma, oferece os subsídios para analisar o processo de formação dos indivíduos através da produção social de sua existência.

A opção feita, ainda no período de seleção, pela linha de investigação de Educação e Trabalho, vem pôr em evidência esses interesses: discutir a formação do trabalhador enquanto ser que se constrói e é construído pela própria história, processo que se dá socialmente. É na produção de sua vida material que o homem produz uma prática específica e constrói uma forma específica de ser, ou seja, sua própria identidade.

Estudar o movimento do Contestado é para nós a possibilidade de fazermos este estudo, em um contexto específico. Compreender como foi sendo construído um grupo social formado por uma diversidade de trabalhadores, que produziu uma prática social específica, permeada pelo processo de produção capitalista, se constituiu um verdadeiro desafio.

A dissertação está dividida em quatro capítulos. O primeiro se constitui num relato histórico do movimento. Este capítulo procura oferecer ao leitor uma aproximação e conhecimento sobre o período em que se formaram os primeiros grupos de sertanejos, até o período de confronto com o exército. Procura contextualizar o movimento quanto às datas, aos locais e à forma de luta ocorrida. Consiste numa síntese do período, ou seja, a história do movimento do Contestado.

No segundo capítulo apresentamos a contribuição dos diversos autores que fazem uma análise explicativa sobre o movimento. Podemos dizer que os dois primeiros capítulos fazem um apanhado geral do que já existe produzido referente ao movimento, sua história de lutas e as explicações que se têm sobre ele.

Gostaríamos de registrar que este trabalho não tem como

objetivo contar novamente sua história ou apresentar uma outra definição para os acontecimentos. Mas, sempre nos intrigou o fato do movimento ser definido dentro de um determinado 'tipo', ou seja, compreendido como o exemplo de uma determinada teoria social sem atender suas especificidades ou, ainda, do mesmo ser compreendido apenas como um reflexo da conjuntura social, sem considerar a ação dos próprios indivíduos.

Na tentativa de não cairmos nestas duas posições procuramos trilhar outro caminho. Buscamos compreender em primeiro lugar 'como' este indivíduo foi sendo produzido, em suas condições materiais concretas, até chegar ao período efetivo do movimento. E, a partir daí, buscamos entender os elementos constitutivos da sua prática de lutas.

Assim, o terceiro capítulo, é o que poderíamos chamar de 'antes' do movimento. Neste capítulo é feita uma análise das condições histórico-sociais vividas pelo homem que habitava a região do Contestado. Constitui a base material concreta da produção histórica do homem que viveu o movimento do Contestado.

Ao compreender como este homem foi se produzindo, a discussão segue, no quarto capítulo, apresentando os reais ele-

mentos que determinaram a formação do novo grupo social. Analisamos as contribuições e os limites das explicações dadas ao movimento. Para, no último momento, através da análise de sua prática compreender que formas o homem do Contestado encontrou para expressar seus interesses, necessidades e objetivos. A forma específica produzida pode também ser definida como sua identidade enquanto grupo social.

1- O MOVIMENTO DO CONTESTADO

O Movimento Social que aconteceu no período de 1912 a 1916, na área limite entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, é conhecido como Movimento do Contestado. Recebeu este nome por se localizar na região que há muito era 'contestada', ou seja, exigida pelos dois Estados. Cada Estado reivindicava a integração deste território aos seus limites. Esta divergência era antiga, e, se agravou com a implantação da República, quando as unidades federativas adquiriram uma nova autonomia. A disputa foi foco de discussões e deliberações políticas e judiciais a nível nacional. Esta divergência, porém, não tomou as proporções do que foi a 'Guerra ou Movimento do Contestado', embora, a indefinição jurídica dos limites mantivesse ligação com os fatos ocorridos.

A história de confrontos e lutas envolvendo toda a população que habitava a região Contestado, é conhecida como 'Movimento do Contestado' ou 'Guerra do Contestado'. Este movimento envolveu de um lado, grandes fazendeiros, industriais e o exército bra-

sileiro. Do outro, fazendeiros, caboclos e posseiros expulsos de suas terras, trabalhadores das fazendas e ex-trabalhadores da estrada de ferro.

Para analisarmos a construção histórica do grupo que viveu este movimento, se faz necessário apresentar um relato sintético dos fatos. Durante seus 4 anos de duração, o grupo passa por diferentes momentos que vão desde a crença nas pregações dos monges até o verdadeiro confronto com o exército e seu extermínio. É no interior deste processo de luta que estão contidos os aspectos essenciais de sua própria construção.

1.1- Da Crença à Organização do Grupo e Primeiro Confronto

Na história da população interiorana catarinense, sempre estiveram presentes figuras como monges, curandeiros e benzedores. Os monges percorriam o interior receitando remédios à base de chás e ervas. Eram conhecidos como grandes curandeiros e benzedores. Os monges tinham a fama, também, de serem grandes profetas. Em suas pregações religiosas, anunciavam o que aconteceria com aquele povo futuramente.

Na região conhecida como 'área contestada' pelos estados do Paraná e Santa Catarina, encontramos o registro da passagem de três monges. A história dos três aparecimentos está ligada com a própria história do 'Movimento do Contestado'. É atribuído aos monges, e em especial ao terceiro que lá esteve, a responsabilidade pelo início do movimento.

Historiadores como Oswaldo Rodrigues Cabral conseguiram reconstituir biograficamente a existência de dois monges com o nome de João Maria e o terceiro chamado José Maria. Segundo o autor, o primeiro João Maria era natural de Piemonte, na Itália. Nasceu em 1801 e apareceu na então província de São

Paulo no final de 1844. Mais ou menos três anos depois se tem notícias dele no Rio Grande do Sul. Em 1848 fora expulso pelo presidente desta província, por estar reunindo uma multidão a sua volta. As últimas notícias registradas sobre este monge informam que havia retornado para São Paulo. Morreu em 1870 na cidade de Sorocaba.

O segundo João Maria aparece na década de 1890 na região compreendida entre o rio Iguaçu e rio Uruguai. Tinha sempre consigo uma bandeira do Divino Espírito Santo, toda branca e com uma pomba vermelha no centro.

O verdadeiro nome deste monge era Atanás Marcaf. Fazia profecias apocalípticas, sempre anunciando o fim do mundo. "Dizia que esta calamidade maior viria precedida de muitos castigos de Deus, como pragas de gafanhotos e de cobras, uma epidemia de chagas e uma escuridão que duraria três dias." (QUEIROZ, 1981:61). Por causa de seus anúncios, Atanás Marcaf entrou em atrito com representantes da igreja, na região, representada pelo Padre Rogério de Neuhaus. O padre contestava os poderes do monge de fazer e assegurar profecias escatológicas. O monge porém, garantia que estava próximo o fim do mundo. E, em suas pregações, declarava que a República era a 'Ordem do Demônio' e a Monarquia era a 'Ordem de Deus'.

Diferente do primeiro João Maria, este não gostava de provocar aglomerações de devotos e não aceitava que o seguissem. O segundo monge desapareceu por volta de 1908, sem deixar ao certo indícios de seu paradeiro. Os sertanejos acreditavam que o monge estaria 'encantado' no morro Taió, mas que um dia retornaria para acabar a sua missão. "Mas os verdadeiros crentes, que eram a quase totalidade da população sertaneja da área, acreditavam que ele apenas havia se retirado: 'O grande santo, o São João do evangelho, não pode morrer. Ele se retirou apenas, para provar os seus fiéis, vivendo por prazo indeterminado, encantado no morro Taió, até chegar o tempo de aparecer de novo, para pôr tudo em ordem'." (Pauwels in: QUEIROZ, 1981:52). A passagem destes dois monges desperta naquela população a crença em suas pregações.

Quatro anos depois do desaparecimento do segundo monge circula na região a notícia de que o irmão de João Maria estava em Irani. Zélia de Andrade Lemos registra que seu tio Alfredo de Oliveira Lemos (mascate naquela região) identificou, que neste período, várias famílias já falavam na presença do novo monge. "Em 1912, quando há muito o profeta havia desaparecido, surgiu um indivíduo, dizendo-se irmão de João Maria e afirmando chamar-se José Maria de Santo Agostinho; da mesma forma que o monge, usava roupas simples de brim grosseiro e

boné de couro de jaguatirica. Segundo Alfredo Oliveira Lemos, que viajava por toda a região, ele começou sua 'Vida Pública' nos campos de Irani, em Palmas, quando o território a oeste do Rio do Peixe ainda pertencia ao Paraná; aí fez algumas curas e sua fama começou a propagar-se; reunindo adeptos já iniciava instruções para guerra, quando a polícia de Palmas dispersou o grupo; logo mais, ele reaparece em Campos Novos, na fazenda do Cel. Francisco Almeida, numa internada, na casa de um capataz." (LEMONS, 1983:103-4).

A verdadeira procedência deste terceiro monge não foi devidamente comprovada. Dentre as diversas versões, a mais aceita, é que seu nome era Miguel Lucena Boaventura, soldado do exército. Como soldado, fazia parte do agrupamento encarregado em construir a Estrada Guarapuava-Foz do Iguaçu. Miguel Lucena teria desertado e vindo viver com um grupo de posseiros, em Irani. Mas, Maurício Vinhas de Queiroz faz o alerta que não consta nos arquivos da Polícia Militar nenhum soldado com este nome.

Com o surgimento do terceiro monge, em pouco tempo, formaram-se romarias na direção de Campos Novos. Doentes eram levados em busca da cura. José Maria consultava e indicava remédios à base de chás. Suas receitas eram retiradas de uma espé-

...cie de caderno de anotações, que trazia sempre consigo. Outros, porém, se dirigiam até Campos Novos para acompanharem as suas rezas e ouvirem suas pregações. Vários autores registram que em suas pregações, o monge criticava a República e garantia que só haveria progresso com as leis monárquicas.

O monge, que até então estava em Campos Novos, recebe um convite para participar dos festejos do Senhor Bom-Jesus em Taquaruçu, próximo a cidade de Curitibanos. "Os festeiros - Manuel Alves de Assumpção Rocha, Eusébio Ferreira dos Santos, Praxedes Gomes Damasceno e Chico Ventura - tinham consciência de que a presença dele realçaria a festa. José Maria aceitou ao convite e, dias depois, para lá se deslocou acompanhado por cerca de 300 pessoas - homens, mulheres e crianças - que de junto dele não queriam mais sair." (AURAS, 1984:60).

No mês de agosto de 1912 acontece a tradicional festa, com José Maria e seus acompanhantes. É a partir da realização desta festa, com a presença do monge e a permanência de um grande grupo em Taquaruçu, que tiveram início as primeiras divergências entre os adeptos do monge e os representantes políticos da cidade de Curitibanos. Teria sido durante estas festividades que o monge e os sertanejos haviam declarado a monarquia em Taquaruçu.

O que acontecera em Taquaruçu, em relação à proclamação de uma monarquia ou não, é um fato que apresenta muitas controvérsias entre os próprios historiadores. Encontramos várias explicações e descrições dos possíveis fatos ocorridos. Para Maurício Vinhas de Queiroz e Marli Auras, durante as festividades realizadas é provável que se tenha coroado o imperador dos festejos (escolhido dentre os organizadores da festa), este ato fazia parte dos rituais da Folia do Divino. "Um dos festeiros, Manoel Alves de Assumpção Rocha, foi coroado rei em concorrido ritual público." (AURAS, 1984:61).

Para J.O. Pinto Soares, tudo não passou de um grande mal entendido: "No acampamento de Taquaruçu, houve uma certa noite um desafio, uma porfia entre dois trovadores. Um deles terminou a quadra por um 'viva a Monarquia', e, diante disto, deu-se o outro por vencido. Os circunstantes ergueram então, muitos vivas à monarquia, o final do verso vencedor." (SOARES, 1931:20).

Outros autores, negam que tenha sido declarada a monarquia em Taquaruçu. Nos relatos feitos por militares que foram até a região do Contestado, no período do movimento, são dadas outras explicações para o que aconteceu. Demerval Peixoto, que escreveu sob o pseudônimo de Crivelário Marcial, acredita que na

verdade o monge (com suas curas) tenha se revelado um concorrente a algum protegido do Coronel Albuquerque, na cidade de Curitiba. A permanência do monge por mais tempo em Taquaruçu fez com que as famílias que o seguiam também ficassem lá. Por este motivo, o coronel não via com bons olhos o agrupamento em torno do monge.

A população que acompanhava o monge não queria deixá-lo, pois, na sua grande maioria, não tinha mais para onde ir. Segundo Oswaldo Rodrigues Cabral, entre seus seguidores estavam boa parte das famílias expulsas de suas terras pela construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande do Sul como, também, os trabalhadores que foram dispensados pela construtora da ferrovia, após o término de sua construção.

Em Taquaruçu, o monge continuava fazendo suas curas e pregações. Organizou a reza do terço, permeada por cantigas de glória e louvores. Além disso, utilizava seu tempo lendo, para os sertanejos, partes do livro que trazia consigo - História de Carlos Magno e dos Doze Pares de França. Historiadores, como Maurício Vinhas de Queiroz, apontam este livro como o mais conhecido e veiculado nos sertões brasileiros.

O livro conta grandes aventuras de heróis invencíveis, que

enfrentavam sozinhos exércitos inteiros. Mas, "(...) ignorasse de que maneira José Maria comentava as façanhas dos cavaleiros da Távola Redonda, mas-como irão confirmar os episódios subsequentes-essa leitura que exaltava a coragem pessoal, a luta contra os infiéis e a fraternidade entre os campeões, marcaria indiretamente os acontecimentos." (QUEIROZ, 1981:83). Por influência destas histórias, contadas em Taquaruçu, foi organizada uma guarda de honra ao monge. A guarda era composta de 24 homens, todos montados em cavalos brancos, que receberam a denominação de 'Os Doze Pares de França'. Para o autor "é possível que tenha se inspirado não apenas no livro de Carlos Magno, como na organização das cavalcadas, em que os cristãos em sua luta figurada contra os mouros, costumavam ser denominados Pares de França." (1981:85).

Com a criação dos Pares de França, o grupo se estabelece em Taquaruçu e dá início à organização do seu dia-a-dia, a partir das orientações do monge. O Coronel Albuquerque, então superintendente de Curitiba, manda várias expedições até Taquaruçu pedindo que o grupo se disperse; mas os sertanejos não atendem ao pedido. Com esta atitude o Coronel Albuquerque manda a polícia exigir que o monge se retire daquela região.

As ameaças do coronel e da polícia não surtem efeito. O

grupo permanece reunido com o monge. Frente a isso, o coronel telegrafia ao governo do Estado referindo-se 'a um perigoso ajuntamento que estava ocorrendo naquela região'. "O telegrama do Coronel Francisco de Albuquerque provocou alarma em Florianópolis, despertou atenção em Curitiba e foi repercutir até mesmo na imprensa do Rio de Janeiro. Garantia ao Governador de Santa Catarina que o movimento surgido em Taquaruçu era semelhante ao de Canudos. No Palácio do Catete, o Marechal Hermes da Fonseca, Presidente da República, recebeu o comunicado de que no sul havia eclodido 'uma grave sublevação com o intuito de restaurar a Monarquia'." (Jornal DT 25-09-1912 in: QUEIROZ, 1981:89).

Alarmadas, as autoridades catarinenses mandam efetivos da polícia militar em direção a Taquaruçu para conter o movimento. Ao saber disso o monge decide sair de lá e pede para que o povo se disperse.

Das muitas pessoas que o cercavam, apenas uns 40 homens permaneceram junto com o monge. Dentre estes 40 estavam os 24 Pares de França. O grupo sai de Taquaruçu, passa por Campos Novos, Catanduvas e vai se instalar em Irani, juntamente com os posseiros que o monge já conhecia.

A mudança do monge com seu grupo foi considerada, pelo Governo do Estado do Paraná, uma invasão organizada pelo Governo do Estado de Santa Catarina. Irani pertencia a Palmas e era parte da área reivindicada pelos dois estados, na disputa da definição de seus limites. O governo paranaense se mobiliza e envia para Irani uma expedição chefiada pelo Cel. João Guadálberto Gomes de Sá Filho, com o objetivo de conter a invasão.

Dois moradores da região e simpatizantes dos acampados em Irani, ao saberem da vinda policial, tentaram persuadir o monge a sair dali com seu grupo. Mas, "(...) Ouvem dele a reafirmação de que não tinha qualquer questão com o Paraná, nem com outro governo; que não estava ali com o intuito de brigar, mas se fosse atacado, iria reagir; que ele e os seus companheiros eram perseguidos pelo 'coronel' Albuquerque. José Maria convence, então, os dois homens a serem mediadores junto às forças político-policiais, colocando-as a par do seu desejo de que não houvesse luta." (AURAS, 1984:65).

As tentativas de negociação não deram certo e no dia 22 de outubro de 1912 ocorre o confronto com a força policial no acampamento em Irani. Dentre os mortos, estão o comandante João Guadálberto e o monge José Maria.

Com o final das lutas, os crentes do monge começaram a se dispersar pela região contestada, procurando sair das terras que estavam sob o domínio do Paraná. "Em princípios de novembro, a maioria das casas em Irani e arredores estavam fechadas, tendo seus moradores desaparecido. Empregados da estrada de ferro à margem do Rio do Peixe informaram que diversos fanáticos passaram para Santa Catarina conduzindo amigos e parentes feridos, alguns em estado grave." (QUEIROZ, 1981:105).

A volta dos sertanejos para o território catarinense foi motivada pela notícia de que uma nova força policial se dirigia para Irani, com o objetivo de dispersar o restante dos sobreviventes.

1.2- O Período de Espera e a Criação das Cidades Santas

A partir da morte de José Maria e da dispersão de seu grupo, é difundida em todo o sertão a crença na ressurreição do monge. Segundo alguns seguidores seus, ele mesmo já havia profetizado isso. Consta que, antes do monge sair de Taquaruçu, chamou Manoel Alves de Assumpção Rocha, Francisco Paes de Farias e Eusébio Ferreira dos Santos e disse: "Eu vou começar a guerra de São Sebastião em Irani com meus homens que lá me esperam, mas, olha Eusébio, marque bem esse dia de hoje, no primeiro combate sei que morro, mas no dia que completar um ano, me esperem aqui em Taquaruçu que eu venho com o grande exército de São Sebastião." (LEMOS, 1983:105).

O mascate Alfredo de Oliveira Lemos registra em seus relatos que a crença nestas palavras do monge se difundia rapidamente em todo o sertão. Por onde passava era indagado se já sabia da volta do monge e da guerra de São Sebastião. Alfredo revela ainda que, já no início de 1913, encontrou várias famílias preparando sua mudança para Taquaruçu.

A forma como os sertanejos foram se reunindo em Taquaruçu,

apresenta explicações contravertidas. Alguns autores afirmam que Eusébio Ferreira dos Santos se dirigiu com várias famílias para Taquaruçu. Este grupo estaria iniciando os preparativos para a volta do monge, como ele tinha pedido.

Outros autores registram que em agosto de 1913 estava reunida, na localidade de Perdizes Grandes, uma grande quantidade de sertanejos para realizarem a festa do Senhor Bom-Jesus. Perdizes Grandes era uma localidade próxima de Curitiba, tinha como santo padroeiro São Sebastião. A grande maioria de seus moradores eram crentes do monge José Maria.

Durante as festividades, Teodora, neta de Eusébio Ferreira dos Santos, afirma ter visto três homens próximo ao galpão e que um deles era o monge. Naquele mês, várias vezes, Teodora revela ter visto o monge nos arredores da vila. A partir deste momento a 'Virgem Teodora', assim como era chamada, é considerada a escolhida. Os sertanejos se reúnem em torno dela, para conhecerem as mensagens enviadas pelo monge.

Marli Auras considera a atuação de Teodora como uma 'intervenção mediadora inicial', ou seja, foi exatamente a partir deste momento que se desencadeou o processo de aglutinação daquela população.

Passados dois meses, Manoel, filho de Eusébio, aparece do meio do mato afirmando ter se encontrado com José Maria, e este tinha mandado uma ordem para seu pai: "(...)que Eusébio convocasse gente para a guerra de São Sebastião. A partir deste momento, muitos passaram a considerar Manoel 'enviado de Deus'." (Maurício Vinhas de Queiroz in: AURAS, 1984:75).

Motivados por estes acontecimentos, as mais diferentes famílias começaram a se dirigir para Taquaruçu. No mês de novembro de 1913 se formava a primeira 'Cidade Santa' dos sertanejos: a cidade de Taquaruçu.

Em Taquaruçu a vida em grupo começa a ser organizada. Foram retomadas as rotinas implantadas pelo monge, quando lá esteve. Os Pares de França foram reorganizados. Estes tinham como função serem guardas de honra de Manoel, o portador das mensagens divinas. Duas ou três vezes por semana eram feitas rezas com procissões, onde participavam todos os moradores. Além das procissões, diariamente era feita a 'forma', que consistia em reunir todos os moradores no pátio da igreja para darem vivas a São Sebastião, a José Maria e à Monarquia. Neste momento também recebiam as orientações que Manoel dizia ter recebido do monge.

Além das atribuições religiosas, se estabeleceu na Cidade Santa, um clima de vida comunitária. Os sertanejos faziam pequenas plantações nos arredores da cidade e criavam seus animais, promovendo assim o seu sustento. Tudo o que produziam era dividido igualmente entre todas as famílias. Conforme a vida na cidade ia se organizando, chegam mais e mais famílias para fazerem parte do novo grupo.

O crescimento cada vez maior da Cidade Santa volta a preocupar as autoridades de Curitiba, e em especial, o Coronel Albuquerque. Este faz novos contatos com as autoridades da capital do Estado, solicitando um novo reforço policial para conter o 'ajuntamento' de sertanejos fanatizados pelas idéias do monge.

Antes das forças policiais chegarem, o padre Rogério vai até Taquaruçu, na tentativa de persuadir aquela população a voltar para os lugares de onde veio. Os sertanejos tiveram uma séria discussão com o padre e este é expulso de lá.

No dia 29 de dezembro de 1913, as tropas policiais de Santa Catarina e Paraná atacam pela primeira vez Taquaruçu. Os sertanejos se defendem e a tropa tem que se retirar rapidamente. Com este fato, as autoridades ficam mais alarmadas e dão

início à organização de uma nova expedição, com o objetivo de eliminar os 'Revoltosos de Taquaruçu'.

Neste período a Cidade Santa contava com cerca de 600 pessoas, de todas as idades. Agora quem está à frente do grupo é Joaquim, que, ao receber as ordens do monge, as transmitia primeiro aos 12 pares de França e estes as transmitiam ao grupo. É interessante registrar que, a partir deste primeiro ataque a Taquaruçu, os sertanejos foram modificando as funções atribuídas aos Pares de França. Criados ainda na época em que o monge esteve com o grupo, tinham apenas atributos de 'guardas de honra'. Agora passam a exercer a função de conselheiros, determinavam como a comunidade se organizaria. Posteriormente, com os sucessivos ataques do exército, passarão a atuar como uma espécie de 'piquete de elite' formado pelos melhores combatentes ou lutadores.

Após o primeiro ataque a Taquaruçu, Joaquim revela aos 12 Pares de França que o monge enviara uma mensagem muito importante. A ordem era criar uma nova cidade em Perdizes Grandes, pois se ficassem todos juntos ali em Taquaruçu, seriam eliminados. E, em janeiro de 1914, é criada a nova cidade, com o nome de Caraguatá.

Em fevereiro de 1914 o exército, com cerca de 750 soldados usando artilharia pesada como metralhadoras e canhão, ataca e incendeia a cidade de Taquaruçu. Neste ataque uma grande quantidade de moradores é morta. Os sertanejos que conseguem sobreviver, fogem para Caraguatá.

A partir deste primeiro confronto com o exército, os sertanejos deixam de lado seu facão de pau e cacetete, passando a utilizar armas de fogo para se defenderem; a prática de criar novas Cidades Santas se torna uma constante, seja quando um grupo estava muito grande, ou o local não oferecia condições de segurança contra os ataques. Por isso surgem, ao longo de todo o movimento, várias Cidades Santas ou 'redutos de fanáticos' como eram denominadas as cidades pelo exército e por aqueles que não simpatizavam com a luta dos sertanejos.

1.3- A Guerra e o Extermínio

A atuação do exército a partir deste momento é decisiva. Inicia uma série de ataques às Cidades Santas comandado pelo General Mesquita. Em 9 de março de 1914 atacam Caraguatá, mas o ataque não é bem sucedido, pois os sertanejos se defendem e o exército é obrigado a se retirar.

Quem está agora à frente do reduto de Caraguatá é Maria Rosa, considerada vidente e santa por estar em contato com o monge. Após o ataque, Maria Rosa decide dividir o grupo e criar outra cidade em Bom Sossego, localidade de Pedras Brancas, no Vale do Rio Timbozinho. A nova cidade ou reduto criado conta com cerca de 2.000 pessoas. Surgem ainda outras Cidades Santas ou redutos no Vale do Rio Timbozinho, como o de São Sebastião, que tinha cerca de 500 casas e mais ou menos 2.000 sertanejos.

Nos meses de abril e maio, o exército ataca novamente Caraguatá, que fica completamente destruída. Depois parte para o Vale do Rio Timbozinho, ataca e destrói o que julga ser o reduto de São Sebastião. Mas, na verdade, era apenas uma guarda avançada daquele reduto.

No final do mês de maio, o General Mesquita considera eliminados todos os focos de rebeldes, e dá por terminada sua missão naquela região. Ao se retirar, determina a permanência do Capitão João Teixeira de Mattos Costa, com cerca de 200 soldados, apenas para manterem a ordem então reestabelecida. Ao sair, General Mesquita registra em seus relatórios: "(...) Aos governos do Paraná e Santa Catarina compete agora, com suas forças policiais, exterminar os bandidos que aparecerem, limpando, assim, a zona de elementos perniciosos. Em parte, a culpa é dos referidos governos, que descuram da instrução, deixando a ignorância campear livremente, chegando o fanatismo a construir grupos, como o que acho (sic) de aniquilar numa vitória inglória." (J.º.Pinto Soares in: QUEIROZ, 1981:159).

O grupo que fica sob o comando do Capitão Mattos Costa, como era normalmente chamado, se estabelece na Vila Nova do Timbó. Mattos Costa tenta várias vezes estabelecer diálogo com os sertanejos, que não tinham sido destruídos, como julgava o General Mesquita. O capitão considerava a situação fruto da má atuação de alguns coronéis, "(...) uma vez na estação de Paula Pereira, disse a quem quis ouvi-lo: os culpados disto tudo são esses coronéis-o coronel Artur de Paula, o coronel Fabrício e outros. Explicou que eles vendiam terrenos para serem pagos em prestações; quando o lote estava quase remido, tocavam os ca-

boclos de lá, depois pediam socorro ao governo." (QUEIROZ, 1981:161).

A retirada do exército deixa os coronéis e moradores da região alarmados. Além destes, também os dirigentes da Companhia Brazil Lumber, indústria madeireira estabelecida em Três Barras, encaminham seu protesto ao governo federal dizendo: "Está em abandono a zona infestada pelos fanáticos, havendo falta de garantias individuais e para as propriedades. Por isso vimos perante o chefe da Nação protestar contra a retirada das forças, responsabilizando a união pelos prejuízos que possamos sofrer naquela zona, procurando assim salvaguardar os interesses nossos, que podem ser lesados em consequência daquele ato, pois é sabido que as povoações estão ameaçadas por horda de fanáticos, conforme protesto que levamos hoje perante os representantes da justiça federal, para a todo o tempo fazermos valer os nossos direitos. (a) Bischap, Diretor da Companhia Lumber." (J.O.Pinto Soares in: AURAS, 1984:101).

Os sertanejos, 'fanáticos ou jagunços', como começaram a ser chamados pela maioria da população e exército, continuavam a se reunir formando novos redutos. A região que estava sob o domínio dos 'fanáticos', se localizava exatamente no território disputado pelos Estados do Paraná e Santa Catarina. A historia-

dora Zélia de Andrade Lemos faz a localização geográfica da área dominada pelos sertanejos. "Em meados de 1914, os jagunços já dominavam quase todo o território, do Iguaçu ao Uruguai: seu poderio compreendia uma área de 28.000km quadrados, abrangendo as terras das margens do Iguaçu até proximidades do Rio Negro, compreendendo ainda as terras de Papanduva e Itaiópolis, acercando-se das colônias de Moema e Iracema, alcançava a Serra do Mirador e as bacias do Rio Itajaí; ao sul quase alcançava Curitiba e Lages e a oeste, Campos Novos e a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande do Sul. Os jagunços somavam ao todo 20.000 pessoas, distribuídas pelos redutos, sendo mais de 8.000 homens de briga." (1983:121).

Toda a população fica em estado de alarme, os coronéis aumentam sua segurança e se armam, a Companhia Lumber reforça seu corpo de segurança particular, pois corria pelo sertão a notícia de que os fanáticos planejavam tomar fazendas, propriedades e invadir cidades. De fato, várias fazendas foram saqueadas, em busca de comida e armas. Os sertanejos ou 'fanáticos' invadiram as cidades de Curitiba e Itaiópolis. Durante as invasões, atacavam e incendiavam as casas pertencentes aos coronéis, ou daqueles considerados inimigos de sua causa santa e os cartórios existentes. Incendiaram ainda várias vilas, a estação da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande do Sul em Cal-

mon, a serraria e depósitos de madeira da Companhia Lumber.

Diante destes fatos, em setembro deste ano, o ministro da guerra determina uma nova ação do exército; agora comandado pelo General Setembrino de Carvalho. Segundo Maurício Vinhas de Queiroz, este era considerado um 'General à altura' para atuar na região do Contestado, pois retornava do Ceará, onde lutara contra os fanáticos do Padre Cícero.

O General assume com duas missões principais - dar início à ocupação da área dominada pelos sertanejos e reestabelecer a ordem na cidade de Curitibanos, que no dia 26-09-1914 tinha sido atacada pelos 'fanáticos'.

No final do mês de setembro chega a Curitibanos o Tenente-Coronel Francisco D 'Estillac Leal com a coluna Sul (era uma espécie de agrupamento). O exército fica dividido em pequenos grupos encarregados em guarnecer a cidade, as estradas, estações da estrada de ferro e efetuar a prisão de toda e qualquer pessoa pertencente ao movimento.

Neste mesmo período, o General Setembrino faz distribuir um 'Expediente aberto à população', solicitando aos fanáticos que se apresentem de livre e espontânea vontade. Em sua pro-

posta oferece proteção militar e garantia de terras, com seus títulos de propriedade, expedidos pelo Governo do Estado do Paraná. A proposta do General não foi aceita pelos sertanejos.

Enquanto isso, na Cidade Santa de Bom Sossego, a liderança de Maria Rosa é substituída por Francisco Alonso de Souza, também chamado de Chiquinho Alonso. O novo líder muda o grupo para o vale de Santa Maria, próximo de Caçador. Aquele vale era considerado mais seguro por ser um local de difícil acesso. Ali estariam protegidos dos ataques do exército. Mas não existia apenas esta Cidade Santa ou reduto, os sertanejos se dividiam em vários redutos, abrangendo toda a região por eles dominada.

O exército dá início ao seu plano- cercar toda a área conflagrada. Dividido em 4 comandos, estes se localizam nas posições norte-sul e leste-oeste. Cada grupo avança para o interior, até fechar um círculo em torno da área ocupada. Herculano Teixeira d' Assumpção considera essa atuação como uma verdadeira 'filtragem'. Desta forma o exército tem condições de controlar toda e qualquer pessoa que ande ou more na região, como também, controlar e proibir o comércio realizado pelos sertanejos.

No final de dezembro de 1914, os 4 comandos se encontram instalados em seu ponto determinado. Antes de ser dado início ao efetivo ataque, General Setembrino faz uma nova carta aberta dirigida aos 'fanáticos'. Nela propõe a deposição das armas e sua apresentação. Em troca oferece segurança e trabalho - não oferece mais terras como anteriormente. Mesmo assim, o pedido não foi aceito pelos sertanejos.

O exército inicia a sua caminhada para o interior, avançando sobre as Cidades Santas e destruindo-as. Com a interrupção do comércio os sertanejos não tem mais como prover seus alimentos. Uma grande fome assolou toda aquela região, o que fez mulheres, crianças e idosos se entregarem às forças policiais. Segundo Zélia de Andrade Lemos, no início de 1915 cerca de 3.0000 pessoas se entregaram. A estratégia que o General Setembrino elaborou estava dando certo. Aqueles que conseguiam fugir, se dirigiam para o Vale de Santa Maria. Em toda a extensão do vale, a cada dia era criado um novo reduto.

O exército se aproxima do vale, mas leva cerca de dois meses para conseguir entrar na região. Em abril de 1915, o grupo que está sob o comando de Potiguara, entra no vale e conforme vai avançando destrói os redutos existentes. Em meados de abril é dada por encerrada a ação do exército, quando são "

(...) arrasados os redutos, quando mais de 5.000 casebres foram queimados e algumas centenas de sertanejos mortos em contraposição à morte de pouco mais de uma centena de soldados, não tardou a se entender que o trabalho de Potiguara havia encerrado a missão de Setembrino na área do Contestado." (AURAS, 1984:141).

Com o término da missão, o exército é dispensado e se retira da região. Fica apenas um pequeno grupo de apoio à polícia estadual e aos vaqueanos. Os vaqueanos eram uma espécie de caçadores voluntários, que auxiliaram o exército durante todo o movimento. Passados alguns dias, as forças policiais receberam a notícia que um novo grupo de sertanejos se organizava, sob o comando de Elias de Moraes, agora nas margens do Rio São Miguel.

Em pouco tempo é Adeodato quem assume o poder do reduto de São Miguel, exercendo o total controle sobre seus integrantes. Vários autores fazem referências às 'atrocidades de Adeodato' que implanta um clima de medo dentro do reduto. Em depoimentos, apresentados por Maurício Vinhas de Queiroz, os sertanejos falam que se não obedecessem às ordens dele, eram simplesmente mortos.

Neste mesmo período, mais um grupo se organizava. Próximo à cidade de Canoinhas, ressurgiu o reduto de Pedras Brancas, sob o comando de Sebastião Campos. O novo reduto contava com cerca de 400 casebres e aproximadamente 1.000 pessoas. Pedras Brancas é atacado em outubro de 1915, pela força policial que ficou na região e os vaqueanos. As casas são destruídas, os sertanejos são mortos e aqueles que conseguem fugir, vão em direção ao outro reduto. Logo em seguida o reduto de Adeodato também é atacado e destruído.

Este é o momento em que o grupo se desfaz. Aqueles que fogem para o norte, vão se entregar para as autoridades em Canoinhas. Segundo Marli Auras, estes foram levados ao litoral, para trabalharem nas colônias. Aqueles que fugiram para o sul, foram simplesmente fuzilados pelas forças policiais. A estimativa é que cerca de 167 sertanejos foram eliminados neste período final.

Outros ainda, conseguem fugir e ficam andando como nômades pelo sertão, esfarrapados e famintos, como é o caso de Adeodato, que foi preso apenas em agosto de 1916. É julgado e condenado a 30 anos de prisão. Começa a cumprir sua pena em Lages, mas foge. Quando é preso novamente, é levado para cadeia pública de Florianópolis. Em 1923 é morto, quando tenta fugir. A

morte do último dos líderes, é considerado o fim do movimento.

Após o término do período de lutas, o movimento do Contestado vem sendo investigado e analisado por historiadores, sociólogos e antropólogos na tentativa de explicar o que aconteceu. Para tanto, apresentaremos no próximo capítulo as diferentes interpretações dadas ao movimento.

2-AS INTERPRETAÇÕES DO MOVIMENTO

Dentre os mais diferentes autores, encontramos os que tratam o movimento através de uma abordagem histórica, em que os fatos são apresentados numa progressão constante. São relatos históricos ricos em dados da vida nas 'cidades santas', das atitudes dos coronéis e da ação do exército. Estes apresentam uma descrição completa de todo o período do movimento. Temos outros autores que fazem uma análise histórica dos acontecimentos. Ao exporem os fatos, buscam captar no interior do movimento, o processo de organização vivido pelo grupo. O movimento é contado sob a ótica dos sertanejos, com o objetivo de reconstruir a sua própria história. E, por último, aqueles que fazem uma análise explicativa do movimento, tentando identificar e explicitar em que se constituiu. Como nosso estudo pode ser considerado também uma análise explicativa, nos deteremos mais na apresentação deste terceiro grupo. Embora, tenhamos utilizado nos outros capítulos as contribuições dos demais autores.

Em nossos estudos identificamos três vertentes explica-

tivas do movimento. A primeira é aquela em que o movimento do Contestado é entendido como um movimento messiânico. A segunda, em que é compreendido como um movimento religioso de protesto social. E a terceira, como a expressão concreta da luta entre classes sociais, produzidas pelo processo de produção capitalista.

2.1- O Contestado - como movimento messiânico

A interpretação messiânica se constitui numa das primeiras interpretações dadas ao movimento. Esta, vem sofrendo ao longo do tempo críticas e reformulações do que caracteristicamente compreende por messianismo. Dentro desta corrente explicativa seguimos a ordem cronológica de contribuição dos autores e as críticas feitas a estes trabalhos.

São fontes de nossos estudos, as contribuições de Maria Isaura Pereira de Queiroz e seu livro 'O messianismo no Brasil e no Mundo', mais especificamente quando trata dos movimentos messiânicos brasileiros. Seus dois textos mais conhecidos são: 'La Guerre Sainte au Brésil (GS)' e 'Réforme et Révolution dans les Sociétés Traditionnelles (RR)'.

Outros dois autores discutem o tema sob a mesma ótica, a partir das contribuições feitas por Maria Isaura e de suas pesquisas. Temos Maurício Vinhas de Queiroz e seu livro 'Messianismo e Conflito Social (a guerra sertaneja do Contestado: 1912-1916)'. E Douglas Teixeira Monteiro com seu livro 'Os Errantes do Novo Século (um estudo sobre o surto milenarista do Con-

testado)'.
...

Em seus trabalhos voltados à análise de movimentos sociais, Maria Isaura compreende e classifica o movimento do Contestado como pertencente à categoria dos Movimentos Messiânicos Rústicos. Movimentos Messiânicos Rústicos são aqueles vinculados à vida rural do País. Estes, têm em sua estrutura mais geral, um indivíduo que acredita ter poderes sobrenaturais, anuncia um reino e funda uma 'Cidade Santa'; isto é, ao anunciar um novo reino, começará a existir já neste mundo, com atributos maravilhosos.

Em sua descrição sobre o sertão brasileiro demonstra a existência de uma sociedade organizada a partir da estruturação familiar, "(...) composta de uma justaposição de linhagens ou famílias-grandes, composta em um núcleo consanguíneo, em geral bastardos, afilhados, sob o mando de um chefe que costumeiramente era chamado de coronel." (QUEIROZ, 1976:312). Para a autora, nesta forma de organização social, através da pirâmide familiar, a diferença de recursos não criava diferenças na sua forma de viver. Os caboclos, agregados, peões ou fazendeiros podiam ser confundidos entre si, pela sua simplicidade, por serem analfabetos e viverem praticamente isolados.

Outro aspecto considerado é que a sociedade sertaneja era 'naturalmente' desestruturada e desorganizada, por isso mesmo, naturalmente violenta. Argumenta que os laços familiares eram muito grande, quase exclusivos e isolados. Desta forma, brigas entre famílias eram comuns, o que chega a ser considerado um traço peculiar à sociedade rústica do sertão.

Constatada esta instabilidade existente no sertão brasileiro, compreende que as sociedades tradicionais buscam a moralização de seus costumes, através dos movimentos messiânicos. "A este anseio de policiar os costumes e de disciplinar a vida cabocla, corresponde a fundação de Cidades Santas, que é uma constante nos movimentos rústicos brasileiros." (Idem:320).

No entanto, tais movimentos messiânicos só poderiam acontecer em regiões com total falta de organização e civilidade. "Concebido como combate à anomia, compreende-se porque o messianismo rústico se concentra, no Brasil, em duas áreas bem delimitas e com as mesmas características: tem lugar na zona de criação e agricultura de subsistência, internamente homogêneas quanto ao estilo de vida, pois, como vimos, fazendeiros criadores e sitiantes levavam a mesma existência rude." (Idem:321). A não existência de movimentos messiânicos em regiões mais ao litoral ou nas áreas das plantações de cana-de-açúcar, algodão

e fazendas de café, se deve ao fato destas possuírem uma estabilidade e organização não existente no sertão.

A anomia, ou seja, violação da lei, ilegalidade, falta de lei estabelecida e anarquia nas regiões mais interioranas, é então combatida através do fortalecimento dos valores e padrões tradicionais. É característica destes movimentos conservadores, fazer pequenas reformas necessárias para excluir velhos vícios, introduzindo modificações visíveis, principalmente no setor religioso. Estes movimentos não são compreendidos como a expressão da luta de classes sociais, pois não é identificada a busca de mudança na estrutura social. O que ocorre é a manifestação de certos indivíduos contra certos coronéis e a Igreja, procurando resgatar os bons costumes perdidos. "Nenhum dos messias sertanejos, porém, pregou somente contra a camada abastada e superior, contra os grandes proprietários de terras, num sentido classista; não atacaram a hierarquia eclesiástica em si mesma, mas sim os padres que ocupavam as diferentes posições religiosas: as queixas dos adeptos também não revelavam amor contra os ricos, e sim o sentimento de que a solidariedade coletiva se desfazia. Há sempre a constatação de que os comportamentos tradicionais não são mais seguidos, a ruindade dos homens (e não a ruindade de uma camada social superior) desviou-os da senda segura devidamente estabelecida. Por isso o

messias foi enviado: para fazer com que os homens retornassem aos bons costumes e não para que mudassem os pobres de posição social. (...). Não eram, pois, os messias, líderes que se erguiam contra os coronéis, num sentido de luta de classes; quando muito se poderia dizer que se manifestavam contrários a determinados coronéis porque eram partidários de seus opositores; isto é, esposavam lutas e as divisões políticas que já existiam na região ao fundarem sua comunidade." (Idem:324-5).

Na situação específica do contestado, compreende como sendo uma luta de posições políticas, pois o messias se liga ao chefe político de uma posição contrária. O monge é protegido por Henriquinho de Almeida, rival de Albuquerque, que era representante do governo estadual.

A identificação da concepção sócio-política do movimento, é compreendida como mais um elemento comum e comprovador de que os movimentos messiânicos brasileiros, mesmo que em alguns momentos tenham combatido a república, não podem ser compreendidos enquanto subversivos ou revolucionários. Estes, caracteristicamente, não têm como objetivo mudar o existente, mas dar-lhes outra forma de funcionamento. "Não vemos, pois, razão para considerar os movimentos sertanejos como subversivos ou revolucionários. São reformistas, sem dúvidas: desejam revigo-

rar antigas tradições, transformando-as na medida precisa para que sirvam melhor aos homens. Mas não pregam nem sua destruição, nem a substituição da estrutura social ou religiosa por outra de disposição diferente, o que se daria se estivessemos diante de movimentos com outros caracteres." (Idem:329).

Embora Maurício Vinhas de Queiroz compreenda o movimento do Contestado como um movimento messiânico, é necessário ressaltar que a compreensão de messianismo, para o autor, difere da definição apresentada por Maria Isaura Pereira de Queiroz.

Para Maurício Vinhas de Queiroz o movimento do contestado se constituiu num movimento messiânico, agravado pelos conflitos sociais existentes na região. Em suas análises, define o tipo de messianismo nele presente: "Já uma movimento messiânico, como foi o que descrevemos no contestado, é todo aquele em que um número maior ou menor de pessoas, em estado de grande exaltação emotiva, provocada pelas tensões sociais, se reúnem no culto a um indivíduo considerado portador de poderes sobrenaturais e mantêm reunidas na esperança mística de que serão salvas de uma catástrofe universal e (ou) ingressarão ainda em vida num mundo paradisíaco: a terra sem males, o reino dos céus, a cidade ideal." (QUEIROZ,1981:251). Chama a atenção ao fato de que a formação desse grupo pode se dar com a presença

ou não do considerado messias. No caso do contestado a permanência do messias, ou seja, dos monges entre o grupo fora relativamente curta. O que ocorreu no período do movimento foi a presença de um 'emissário', compreendido como o portador da palavra do monge, um enviado seu.

Apresenta ainda que as eclosões ou surtos messiânicos ocorreram sempre em determinadas situações específicas: "(...) sempre que se produz uma situação de 'deprivation' ou desespero coletivo diante de um adversário que disponha de técnicas infinitamente superiores ou de procedimentos de dominação que sejam e pareçam praticamente irremovíveis." (Idem:251). Esta situação de desespero é considerada como o momento em que não se consegue mais satisfazer as necessidades mínimas de sobrevivência. Neste sentido a saída messiânica se torna uma 'possibilidade' desesperada de não aceitação da realidade produzida. "Todo movimento messiânico ou paramessiânico implica, logo de início, em uma recusa ao mundo, isto é, ao mundo dos homens, ou seja, ao conjunto das relações sociais tal como se apresenta a coletividade dada." (Idem:252). Deste modo, os movimentos messiânicos conduzem o grupo sempre a uma separação do grupo social maior a que pertencem. Sua organização se dá através da criação de uma nova comunidade caracterizada pelo isolamento. A idealização de um mundo de justiça e igualdade leva todos a buscar

coisas impossíveis de se realizar, ou seja, "dadas as circunstâncias, é sempre um tipo de alienação: o messianismo é uma revolta alienada." (Idem:253).

Para Maurício o movimento do Contestado passa por dois momentos diferentes. Num primeiro momento se constituiu de forma isolada e completamente alheia à realidade. A busca do mundo encantado, o período de idealização vivido por Euzébio e seu grupo, se constitui em um período de verdadeira alienação. "(...) a recusa ao mundo assumiu o caráter da idealização de um reino de paz, justiça e fraternidade, expresso no conceito sertanejo de monarquia." (Idem:254).

Mas a partir do momento em que se iniciam os primeiros combates com o exército, são interrompidos os seus 'sonhos encantados'. O grupo que estava organizado e voltado para suas práticas religiosas se vê obrigado a adotar práticas de luta e defesa, revelando-se como bons lutadores e conquistando algumas vitórias perante o exército. Compreende esse momento como sendo o período de desalienação do grupo, onde estes voltam seu interesse às necessidades reais. "Essa desalienação exprimiu-se ainda na formulação de queixas e reivindicações de teor absolutamente secular, como aquelas que foram transmitidas a Matos Costa e segundo as quais o Cel. Arthur de Paula e outros che-

fes políticos lhes tomaram as terras." (Idem:255).

De uma maneira geral, conclui definindo que o movimento do Contestado se constituiu em um movimento messiânico do tipo clássico, identificando nele todas as suas fases: 1) A prenúnciação-no movimento corresponde ao período que João Maria fazia suas pregações apocalípticas; 2) A vida pública do messias e sua paixão-no contestado, José Maria não pareceu ser mais um grande curandeiro ou alguém dotado de grandes dons divinatórios. Somente depois de morto é que foi considerado um 'novo Cristo'; 3) A dispersão dos discípulos e o surgimento da crença na ressurreição-fato que ocorreu logo após a morte de José Maria em Irani; 4) Reagrupamento e esperança do millenium-foi exatamente após um ano da morte do último monge que o grupo, liderado por Euzébio, se dirigiu a Taquaruçu a fim de esperar o retorno do monge e o reino dos céus; 5) A evolução posterior, com a protelação da parusia (retorno) corresponde ao período de vida em grupo e a 'espera' da volta, mas esta se tornava cada vez mais demorada; "Pode-se afirmar que os sertanejos do contestado reviveram em linhas gerais o drama da paixão e o reencontro pentecostal porque já os conheciam através da tradição bíblica popular. É evidente que esse conhecimento foi um dos fatores subjetivos de grande importância que condicionaram a atividade aos homens." (Idem:259).

Mesmo tendo identificado o movimento enquanto messiânico, reflete que houve interesses de classe mesclados com elementos políticos e familiares, permeando todo o movimento. A união destes diferentes fatores é que o transformou numa luta violenta e armada, onde as questões políticas, religiosas e militares prevaleceram.

Faz uma última consideração dizendo que neste período houve o esboço de uma nova religião, a 'Santa Religião', onde seu Deus ou ser superior estava identificado em José Maria, um homem que tinha vivido entre eles e sido como um deles, um 'caboclo pobre'.

As análises que Duglas Teixeira Monteiro faz do movimento são consideradas importantes, pois procura compreender desde as aparentes motivações para a adesão, até aquilo que define como mais complexo, que é compreender os elementos da nova ordenação social, a reordenação moral e ideológica do grupo que se formava.

Segundo o autor, houve uma pluralidade de motivos que contribuiu para a adesão ao movimento. Apresenta como motivações de caráter individual a lealdade ao monge José Maria; o desejo de vingança de determinadas pessoas, principalmente aquelas

envolvidas por conflitos pessoais com o coronel Albuquerque e suas arbitrariedades em Curitiba; uma clara possibilidade de mudança na posição social das pessoas marginalizadas; aventureirismo e curiosidade; e, em alguns casos, o interesse na definição dos limites estaduais, tendo em vista o reconhecimento da posse de suas terras. Como motivações de caráter coletivo compreende a não aceitação da ordem estabelecida, o que os levou a buscar, através de uma ordenação religiosa, um mundo radicalmente diferente.

Através da análise dos motivos citados, Duglas demonstra um quadro bastante diversificado e por vezes até ambíguo. Mas, registra que não se pode analisar apenas aquilo que compreende como sendo os quadros circunstanciais da ação rebelde. Chama a atenção, no entanto, ao que deve ser buscado em suas manifestações concretas, assumidas nas vilas santas. Considera indicador da nova ordem social aspectos importantes, como as bases históricas e estruturais do desencantamento; os novos conteúdos da violência; o significado da crise no sistema de compadrio; a ambigüidade e definição de campo entre padres e monges e os novos elementos do universo ideológico rebelde.

Compreende e define como marco das transformações históricas e estruturais o advento da República e com ela as mudanças

ocorridas na organização social. As transformações políticas e administrativas levaram a alterações de poder local. O Estado assume cada vez mais seu espaço, reduzindo a ação de determinados coronéis. Duglas chega à conclusão de que para os chefes locais neste momento existiam apenas duas possibilidades: modernizar-se, o que significaria romper os compromissos assumidos com sua clientela ou reformular estes compromissos. Caso contrário ficariam fora da corrente do poder. Em outras palavras, significaria marginalizar-se política e economicamente. Neste momento o coronel se vê obrigado a fazer novas alianças, pois ele deixa de ser o único representante do poder na região e passa a ter que dividi-lo com as empresas que começavam a se estabelecer na região.

Na sociedade sertaneja essa transformação traz consigo outras consequências, apontadas como sendo o desnudamento das relações de dominação existentes, mas encobertas pelas associações morais mantidas entre o coronel e sua clientela. Por muito tempo a sociedade sertaneja teve como base ideológica as relações de apadrinhamento do coronel com os afiliados ou protegidos. Isto fazia parecer que a sociedade sertaneja estava organizada de uma forma tal que todos eram tratados igualmente, existindo uma aparente igualdade. A modificação é sentida concretamente pelo sertanejo, quando este passa a ver o coronel,

que até então era seu padrinho e protetor, ser o mesmo coronel que assina juntamente com a empresa ferroviária e madeireira, os editais proibindo a ocupação de terras, a coleta de erva-mate ou ainda expulsando-os das terras em que se haviam estabelecido.

A nova forma de agir, não está mais encoberta por relações de proximidade que eram caracterizadas pela pessoalidade e afetividade. Toma um outro conteúdo, formado pela expressão das novas forças políticas e econômicas presentes. O que passa a caracterizar as relações é a impessoalidade. Outras formas de controle social e repressão trazem também uma nova forma de violência. O envolvimento dos coronéis em questões de terras e limites provoca o rompimento da consciência niveladora, deixando à mostra as reais relações de dominação existentes. Parte-se então para um conflito, baseado nesta nova forma de violência, onde sertanejos e coronéis não se compreendem mais como iguais. "(...) é a luta entre dois mundos incompatíveis que se vão definindo como radicalmente diferentes à medida que entre eles evidencia-se uma absoluta heterogeneidade." (MONTEIRO, 1974:212).

Começa a se evidenciar um processo de transformação das relações sociais existentes. Era através do batismo da Igreja,

onde o coronel tinha os filhos dos agregados como afiliados seus, que se reforçava ideologicamente a consciência de nivelamento numa tentativa de ocultação da minoridade social. O sistema de compadrio interclasse estava fundamentado na relação de troca, cooperação e dependência entre o coronel e a família de seus afiliados. Porém, esta relação passa a ser negada, o que provoca uma verdadeira crise no sistema.

O batismo doméstico começa a ser praticado pela grande maioria dos sertanejos e se constitui numa forma de contra-ponto ao batismo praticado pela Igreja. Nesta outra forma, o padrinho era do mesmo nível social que seu afiliado. No período em que os monges estiveram na região, os sertanejos davam preferência ao batismo dos monges. Em alguns casos as famílias esperavam vários anos, até a chegada de José Maria, para batizar seus filhos. A preferência dada pelo sertanejo ao batismo do monge provoca o acirramento do conflito existente entre a Igreja católica e o catolicismo popular representados, respectivamente, pelos padres e monges.

As primeiras e principais discussões ocorreram nos encontros entre o Frei Rogério de Neuhaus com o grupo de sertanejos que se organizavam e com o monge José Maria. O caminho tomado pela prática da religiosidade popular entra em conflito com as

exigências do monopólio religioso, mais especificamente com as atuações tidas como exclusivas da Igreja.

Por outro lado, para o sertanejo a figura do padre é identificada como elemento oposto e contrário aos seus projetos. O padre representava a Igreja da qual eles já não participavam, fazia parte de um mundo que eles estavam negando e para o qual tinham projetos de transformação.

O autor identifica que, a partir do momento em que o grupo nega o catolicismo tradicional e todos os elementos pertencentes a ele, está negando também tudo o que identifica como pertencente a este velho mundo. Tem início a busca de uma nova realidade, que define como o 'Reencantamento do Mundo', ou seja, a elaboração de novos elementos definidores do universo ideológico dos rebeldes. Em suas conclusões o autor sintetiza estes elementos definindo-os em: 1) A Religião; 2) Monarquia Sertaneja e Política; 3) A Gesta Carolíngia/Lenda de Carlos Magno; 4) A Organização; 5) Virgindade e Inocência; 6) A Festa; 7) A Expectação (toda aquela visão escatológica, o sagrado e o profano, pureza e impureza e a catársis);

1) A Religião- é a partir da elaboração do catolicismo rústico ou popular que a religião perde a sua característica de

encobrir interesses e impulsos sociais, e assume a dimensão criadora de uma nova realidade.

2) Monarquia Sertaneja e Política- Expressa uma concepção de monarquia em que o sertanejo fazia a relação entre o presente que se apresentava e o passado vivido. O presente era definido pela República 'dos Coronéis' da 'lei do Diabo' e o passado significava o período em que dispunha de terras, vivia calmo e tranqüilo, ou como diziam "Um tempo melhor... Uma coisa do céu." (Idem:109). Douglas lembra que muito raramente, quando se discutiu a monarquia, o sertanejo, fez numa postura política de um ideal monárquico, ou seja, a busca inovadora de um sistema político. "Entre os rebeldes, a idéia de monarquia era, antes de mais nada, um símbolo que exprimia, primeiramente, a única alternativa política formal que conheciam, em face da República. Se entre os revolucionários de 1893 as aspirações desta natureza eram mais ou menos diluídas, para os combatentes da Santa Religião (muitos deles ex-maragatos) cristalizavam-se em torno de crenças místicas. Não é possível, por isso, dissociar esses dois aspectos na análise do comportamento político rebelde." (Idem:110).

Assim chama a atenção que o conteúdo político tinha uma conotação profundamente diferente. Adverte que a luta entre os

coronéis de posições políticas diferentes tiveram projeções e contribuições apenas no início do movimento. Mais tarde porém, as duas partes passaram a contribuir para as forças repressoras.

3) A gesta Carolínea/ Lenda de Carlos Magno- O autor afirma que as explicações dadas, em termos gerais, partem da idéia de que este era o único modelo histórico acessível a esta população, praticamente sem história, com a qual tivesse a possibilidade de se identificar. E observa "(...) História e estória se confundem para o sujeito em busca de si mesmo e de sua vida. A estória ocupa lugar da história e a gesta carolínea fornece marcos cronológicos à uma população que não os tem." (Idem:112).

A contribuição da Lenda de Carlos Magno é identificada pela forma de organização assumida pelo grupo, através de uma irmandade, com um grupo de lutadores escolhidos - Os Doze Pares de França. Outro aspecto a ser considerado é a crença de que estava completando mil anos da guerra de Carlos Magno e agora chegava o tempo da guerra de São Sebastião. Apresenta assim a hipótese de que talvez teria sido reduzida a importância da contribuição da Gesta Carolínea. "Poderia ocorrer, antes, a convicção de que, entre a instituição presente e a sua corres-

pondente do passado remoto, existiria uma continuidade essencial. Do mesmo modo, a crença de que mil anos se cumpriam desde os tempos de Carlos Magno não seria um referente cronológico neutro, mas a afirmação de que uma etapa estava vencida, ou prestes a se vencer, abrindo-se desse modo as portas da história para novos caminhos a serem trilhados.(...). Se for assim Taquaruçu, através da lenda carolínea, os fiéis buscavam definir um passado, base indispensável para a demanda de uma ordem nova." (Idem:113).

A lenda carolínea contribui na formação do universo ideológico da irmandade, com base em aspectos popularizados. A utilização destes elementos é tida pelo autor como o modelo histórico disponível, o que faz considerar uma possível relação entre a estrutura social, os valores acrescidos à lenda e seus representantes reais. "O exame da versão brasileira da gesta carolínea indica (...) as relações entre superiores e subordinados, dentro da estreita camada social a que pertencem os personagens, são relações entre iguais ou potencialmente iguais." (Idem:115).

Dentro deste contexto, Duglas analisa ainda a relação existente entre a situação apresentada no Contestado e a Lenda de Carlos Magno e conclui que, em termos gerais, esta expressa uma

crise na concepção de mundo. No caso do Contestado ela encontra múltiplas manifestações concretas: crise no sistema de dominação; crise no sistema de valores e, em especial, do compadrio; tensão entre catolicismo rústico e o oficial, etc. "A relação estabelecida entre a tradição popular e a ideologia da irmandade, demonstra um processo no qual o passado imediato é percebido como a degeneração de uma ordem antiga e boa." (Idem:117).

4) Organização - A organização que se estabeleceu nos quadros santos define os novos centros do mundo. Serve para determinar espaço geográfico e social ocupado pelas cidades santas. O ritual das 'formas' busca a afirmação necessária à ordem do novo grupo que está se estabelecendo.

5) Virgindade e Inocência - Era característico desde a aparição dos monges, estes estarem cercados por 2 ou 3 virgens. O exemplo mais conhecido é do terceiro monge, José Maria, que estava sempre cercado por 3 virgens.

No período efetivo do movimento as virgens eram consideradas líderes, com poderes sobrenaturais de receberem as mensagens dos monges. Houve também casos de meninos adolescentes que assumiram a liderança de seu grupo. Neste sentido, Douglas coloca que a virgindade e a inocência são valores que tornaram

estes meninos e meninas mais aptos à aproximação do divino. Significa uma escala de pontos no reino da santidade, ou ainda, quanto mais puros, mais próximos deste reino estariam.

6) Festa - Observa que a grande maioria dos autores que tratam sobre o Contestado fazem referências ao clima festivo adotado nos redutos. Os dias santos ou feriados perdem sua individualidade e todo o dia é dia de festa, todo dia é dia de santo. Todos os trabalhos diários, como também as mudanças dos redutos, aconteciam num clima de festa e exaltação ao divino.

A vida religiosa do sertanejo era caracterizada pelo catolicismo rústico que, enquanto sistema de crenças, colocava-se em situação oposta ao catolicismo veiculado pelos padres. Na pregação dos padres as promessas e as previsões do fim do mundo eram apresentadas num plano de salvação subalterna e de forma individualizada. "Desta maneira as manifestações coletivas de religiosidade, as procissões, as comemorações dos padroeiros locais, enfim, as festas religiosas ou relacionadas com eventos sagrados, viam reduzir-se seu conteúdo de crença, ganhando importância maior o conteúdo ritual." (Idem:136).

Se a festa tivesse esse sentido, a cerimônia religiosa teria um caráter apenas lúdico. Mas isso não seria possível,

pois, para esta população, os ritos e as festas representavam também a forma de expressão da sua concepção de mundo e a explicação da sociedade, se diferenciando mais uma vez, do catolicismo pregado pelos padres.

7) A Expectação (toda aquela visão escatológica, o sagrado e o profano, pureza e impureza e a catarsis) - Duglas aponta neste momento os pontos de tensão existentes entre aquilo que faz parte do conhecimento já vivido e fixado e a sua expectativa. A partir do momento em que os sertanejos aceitaram a pregação do monge, abre-se uma sombra negativa em suas pretensões. O monge fala de catástrofes, guerras, previsões escatológicas, isto é, o anúncio do fim do mundo. Ao mesmo tempo é levantado um outro lado positivo, que é a vinda do exército encantado de São Sebastião, anjos, monges e a volta dos irmãos que morreram para a afirmação da monarquia. O autor compreende ainda, como outro lado extremamente positivo, o processo de organização da irmandade, enquanto viviam o período de espera e de luta. "Esta afirmação do lado positivo da expectativa escatológica liga-se ao fato de que, constituída a irmandade, definidas suas bases físicas e organizatórias, estavam dados os pré-requisitos sócio-estruturais garantidores de sua legitimação, tanto como ordem objetivamente construída, como quanto projeto." (Idem:137).

No que se refere às crenças escatológicas "(...) a realização do reino não era vista como um evento extraterreno, mas como a instauração de uma nova ordem, em um espaço desta terra, ainda que transfigurado. (...) O reino não seria nem deste mundo, nem de um outro mundo, mas neste mundo renovado. Não o colocavam, portanto, em um além, visto como lugar de beatitude espiritual. Em conexão com isto, é importante observar que a irmandade e, por extensão, as vilas santas, podem ser vistas, e eram certamente percebidas, como prefiguração do reino." (Idem:138-9).

A busca da renovação deste mundo anunciado pelos monges leva os sertanejos à polarização de suas ações, que se transformam basicamente em rompimento de barreiras entre o sagrado e o profano, o puro e o impuro. Num primeiro momento da convivência com os dois tipos de batismo, o crescente processo de rejeição ao batismo eclesiástico e, ligado a isso, a crise nas relações de compadrio, mostram a ambigüidade existente entre as formas apresentadas e a busca de um mundo puro e inequívoco. "Da perspectiva da evolução dos ritos batismais e do compadrio, a constituição da irmandade foi descrita como um afastamento progressivo com relação às coisas do velho século. (...) a passagem do santo compadrio para a santa irmandade constituía agora em comunidade fraterna e, enquanto prefiguração, coextensa com

relação ao mundo sagrado do monge e dos santos." (Idem:153).

De acordo com o que se conhece dos fatos ocorridos, Duglas faz uma divisão entre o período em que o monge esteve na região fazendo suas pregações e curas, até o momento de sua morte em Irani. Sua morte significou uma ruptura entre o antes e o depois. A verdadeira quebra de barreira entre o sagrado - profano e o início de um novo tempo tem como marco inicial, um ano depois de sua morte, a fundação da cidade santa de Taquaruçu. A partir deste momento estão postas as condições para a passagem do santo compadrio, definido através do batismo feito pelo monge, para a santa irmandade. Deste momento em diante a irmandade tem como objetivo primeiro se afirmar e conduzir sua busca pelo que considera agora ser o 'Novo', o sagrado, e uma renúncia ao 'Velho Século', considerado impuro. Para Duglas a partir do momento em que se estabeleceu a santa irmandade, o grupo passa a viver um processo de 'Catarsis Coletiva', uma espécie de seleção, depuração de idéias e valores. Esta nova ordem nega as coisas consideradas profanas, tais como a propriedade privada, o dinheiro. Ela busca no santo compadrio, na vida coletiva, na festa permanente, a afirmação da terra santa e de todos.

Conclui seu trabalho assim considerando: "Finalmente, a teologia da Guerra Santa- não dos rebeldes, mas aquela que,

de algum modo, tem suas raízes na tradição cristã- é examinada, ficando claro que, no surto milenarista do contestado, pode ser identificada a presença de componentes que possuem uma continuidade dentro da grande tradição Judaico-Cristã. A existência virtual nesta tradição de uma concepção do 'mal' como negatividade potente e não somente como alheamento com relação ao sagrado é referida. Por último, afirma-se que a irmandade, em sua rebeldia, das alternativas existentes na grande tradição, tomou o 'fio vermelho' e, dessa maneira, aproximou seu projeto da imagem do êxodo - libertação coletiva e de Canaã - terra prometida, afastando-se da noção de uma expiação individual e de uma salvação após a morte." (Idem:218).

Duglas Teixeira Monteiro apresenta grandes contribuições ao analisar os textos de Maria Isaura Pereira de Queiroz, concordando quando se refere à rigidez da estrutura de dominação e a existência de mecanismos auto-reguladores das próprias tensões, principalmente naqueles momentos em que os padrões tradicionais não eram respeitados. No entanto, o que ocorrera está diretamente ligado ao fato de que esses mecanismos perderam sua eficácia. E, com isso, ficou abertamente evidenciada a real relação de dominação-subordinação existente.

O argumento que define o movimento ocorrido na região do

Contestado como messiânico, voltado ao resgate de valores e comportamentos tradicionais perdidos, não leva em consideração a estrutura social apresentada e suas formas de dominação. Para Douglas, Maria Isaura Pereira de Queiroz deixa de lado a estrutura de dominação, como condição necessária à explicação do surto milenarista. Além disso, diverge da autora, porque "Os rebeldes não explicitaram uma oposição ao coronelismo como sistema, fizeram muito mais que isto. Eles negam em bloco o velho século. Os dados referentes à estrutura interna das vilas santas, às novas hierarquias que surgiram são, para mim, inequívocos; o movimento da irmandade somente de modo secundário e episódico vincula-se à oposição contra certos 'coronéis'. (...) Assim sendo, dificilmente poderia ser incluído entre os movimentos que são fatores de continuidade social." (Idem:201).

Ao deixar de lado a estrutura social apresentada e pela compreensão de que o movimento se dirigia a indivíduos, corre-se o risco de fazer uma análise apenas da conjuntura sócio-política regional, ligada às divergências políticas locais. Ao contrário, as condições conjunturais locais e regionais somente poderão representar a realidade, quando essas mudanças forem analisadas num nível de estrutura política e econômica do Estado e da Nação.

Em suas críticas, Duglas aponta ainda aspectos importantíssimos que são analisados apenas aparentemente ou simplesmente desprezados por Maria Isaura. Para ela, a construção da ferrovia e a quantidade de trabalhadores vindos para a região, são considerados absolutamente desprezíveis. "Esses trabalhadores não se constituíram, porém, num elemento desorganizador. Eles pertenciam à subcultura rústica brasileira, bastante homogênea do norte ao sul do país, assimilando-se completamente ao gênero de vida local." (Maria Isaura Pereira de Queiroz in: MONTEIRO, 1974:195).

Quando Duglas analisa a repentina chegada de todos aqueles trabalhadores, vindos, das zonas portuárias para a região do Contestado, e que, com o término da ferrovia não voltaram ao seu local de origem, acredita ter repercutido de algum modo na forma de vida dos que lá viviam. "Basta considerar-se que se tratava de gente urbana-uma plebe das cidades. Por mais ligada que ainda estivesse à subcultura rústica brasileira, era formada por pessoas duplamente desenraizadas. Faziam parte dos setores marginais dos maiores portos brasileiros e, arrancados por um recrutamento mais ou menos forçado, haviam sido lançados no sertão". E "acresce ainda lembrar que esses trabalhadores, ao lado dos que se tornaram operários da indústria madeireira instalada pela Southern Lumber, foram submetidos a um regime de

trabalho essencialmente moderno para a região." (Idem, 1974:199e200).

Outro aspecto essencial a ser registrado é que tanto para Maria Isaura como para Maurício Vinhas a entrada de colonos estrangeiros naquela região e a construção da ferrovia eram considerados como fatores de pouca relevância, pois os colonos estrangeiros 'acaboclavam-se' rapidamente e a estrada de ferro teve pequena repercussão econômica para a região, ou seja, não chegou a influenciar diretamente nos acontecimentos ocorridos nos anos seguintes.

De uma forma geral é comum encontrarmos autores que, ao analisarem a construção da ferrovia, não identificam interesses econômicos ou atribuem um pequeno significado econômico para o Estado, empresas e a região. Outros autores ainda se referem à construção da ferrovia apenas como sendo de interesse estratégico para o Estado. Para Duglas a entrada das empresas do grupo Farquhar é compreendida como um marco de mudança na composição social daquela população. Isto determina transformações sociais e econômicas que podem ser consideradas como ponto de partida para os acontecimentos posteriores.

De uma forma geral podemos observar que dentro da corrente

messiânica existem divergências entre os autores estudados. As análises do movimento são feitas sob ótica diferenciadas, o que nos leva a identificar formas diferentes de compreender e definir este movimento social como um movimento messiânico.

2.2- O Contestado - Como movimento religioso de protesto social

Na obra 'Religião e Dominação de Classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil', Pedro A. Ribeiro de Oliveira faz seus estudos dentro da teoria Gramsciana, analisando a religião sob a ótica da dominação de classe. Considera as relações sociais de produção como o fator que determina a origem da divisão social. Nesta perspectiva elege a 'hegemonia' e a 'coerção' como os dois núcleos básicos que vão permear a discussão feita sobre o catolicismo e sua forma de dominação no Brasil.

Cabe ressaltar que utilizaremos as contribuições dadas pelo autor na I e II parte de seu livro. Na I parte - A Religião na formação Social Senhoral - mais especificamente o capítulo III quando trata da Religião e Hegemonia Senhoral. A importância deste capítulo está no fato do autor abordar questões como a religião e a organização coletiva. Define o que compreende por catolicismo popular e em que condições sociológicas ele se produz e é reproduzido no conjunto social. A II parte - A Religião na Formação Social do Capitalismo Agrário - aborda a passagem do capitalismo senhoral para o capitalismo agrário e o processo

de transformação ocorrido na estrutura social. Nesta segunda parte utilizaremos, mais especificamente, o capítulo VI - Religião e Crise de Hegemonia. É neste capítulo que o autor apresenta o movimento do contestado como um dos exemplos de movimento religioso de protesto social.

O catolicismo chega ao Brasil através de sua colonização e pela imigração, permaneceu como religião oficial do Estado até 1890, quando ocorre a separação entre Igreja e Estado. Mesmo separado do Estado, o catolicismo se mantém como a principal religião adotada no País. O que não impede que, paralelamente ao catolicismo oficial, surjam algumas modificações nas práticas religiosas. Estas modificações ou alterações o autor compreende como 'Representações e práticas do Catolicismo popular', ou seja, tudo aquilo que se refere aos santos e sua forma de existir e não aquilo que faça referência aos sacramentos e à catequese formal.

Assim o catolicismo popular se constitui basicamente do culto aos santos, mas numa perspectiva mais abrangente daquela adotada pelo catolicismo oficial. Não está limitada ao culto daqueles santos canonizados pela Igreja, "(...) compreende também os diversos títulos devocionais de Jesus e de Maria, as almas de defuntos e figuras mais ou menos lendárias." (OLIVEI-

RA,1985:114).

Em suas análises, o autor demonstra que a presença do santo é importante para o catolicismo popular, porque o santo é o elemento acessível a todos os fiéis. O santo é a figura que está ao alcance de todos, e define: "Numa primeira abordagem, pode-se definir o catolicismo popular pela sua propriedade de ser acessível a todos os fiéis, sem mediação de especialistas eclesiais." (Idem:115).

Dentro do catolicismo popular são identificados dois modos básicos de relação entre os fiéis e a Igreja. O modo contratual, que se refere aos pedidos de graças e promessas. E a forma de aliança: esta é caracterizada por uma permanente relação de devoção e proteção. O fiel é devoto do santo, na intenção de que este seja seu protetor celeste, mais ou menos uma forma de padrinho do céu. "O catolicismo popular tem por núcleo e objeto o culto dos santos. Porém, seria errôneo reduzir o catolicismo popular ao relacionamento entre o fiel e o santo; ele compreende também toda uma sequência de representações relativas à divindade suprema." (Idem:118-9). Para o catolicismo popular estas divindades como Jesus, são o protótipo dos santos: bom, justo, sofre sem ter pecados e sofre muito para obter o perdão. O santo se torna o elo de ligação entre Deus e os fiéis.

Desta forma as práticas religiosas populares não surgem do nada, mas são práticas abstraídas a partir de suas representações reais e guiadas dentro de condições sociais específicas, pois, "(...) o conjunto de representações e práticas religiosas desenvolvidas pelo imaginário popular a partir dos símbolos introduzidos no Brasil pelos missionários e colonos portugueses, e aos quais se juntaram alguns símbolos religiosos indígenas e africanos. Essas representações e práticas, por meio das quais um sentido religioso é dado ao mundo e à vida humana, são o resultado da atividade anônima e coletiva. Essa atividade que é um trabalho de produção e reprodução de significações religiosas não se faz num vazio, guiado apenas pelo imaginário popular, mas dentro de condições sociológicas determinadas e determinantes." (Idem:122).

Assim compreende a formação social senhorial como sendo a base material determinante, caracterizada pelo seu fraco desenvolvimento das forças produtivas. Isto é, os meios materiais e intelectuais existentes até então não lhe dão suficiente condições de atuar sobre a natureza e dela extrair sua subsistência. A natureza se apresenta como uma incógnita, misteriosa e somente capaz de ser explicada através de outras forças sobrenaturais. O santo é o poder que explica as situações ainda não compreendidas naturalmente pelos fiéis. E chama a atenção quan-

to à intervenção dos santos "(...) - que dá ao homem um domínio simbólico sobre a natureza - não substitui nem o trabalho material, nem o trabalho intelectual de produção e explicação racional da existência humana." (Idem:123). Não é porque o santo os protege que estes deixam de cuidar do seu dia a dia. No caso do Contestado se preparavam para as lutas esperando a proteção do monge. Os ritos religiosos ou mágicos não podem ser considerados opostos ou antagônicos ao trabalho material. "O religioso não nega o real e o racional, mas incide sobre ele dando-lhe um sentido específico. Seu registro é aquele que busca o sentido do universo e da vida humana, mais do que a explicação das relações entre o homem e a natureza e dos homens entre si. (...). Assim, as representações religiosas devem ser encaradas como crenças por meio das quais a experiência concreta de um grupo humano é representada como uma experiência dotada de sentido. A representação do mundo como uma criação divina e a representação dos santos como intercessores poderosos são plausíveis(...), porque correspondem a realidades da vida cotidiana: uma vida onde o grupo está submetido à natureza e onde ele depende de um protetor sobrenatural para fazer face às dificuldades da vida, exercendo um domínio simbólico sobre o seu mundo. As representações religiosas são pois produtos do imaginário humano, mas não são destituídas de um conteúdo de realidade justamente porque correspondem às experiências da vida

real." (Idem:124).

A representação simbólica de suas condições sociais de existência, é definida pelo autor como simbolismo religioso. E é somente através deste simbolismo que o grupo conseguirá agir sobre suas condições concretas, dado o pequeno desenvolvimento das forças produtivas da época. "Generalizando, pode-se dizer que as representações e práticas religiosas são objetivamente eficazes para assegurar a reprodução de um grupo social dado por que elas têm um conteúdo de realidade. Conteúdo expresso num código próprio, produzido pelo imaginário social, mas não ilusório, porque exprime relações sociais reais. Assim é que as relações de aliança entre o devoto e o santo, antes analisada, não é uma pura especulação, mas o resultado do trabalho do imaginário sobre a realidade das relações sociais de dominação pessoal. Assim como o camponês se submete ao senhor, que ele representa como seu aliado e protetor, ele se submete ao santo protetor do céu." (Idem:127).

A religião é utilizada não apenas como um sistema de representações, mas também como uma prática social que tem seu papel na reprodução da sociedade. Mas, o autor estabelece diferenças entre o que compreende como sendo a produção religiosa popular e a religião oficial. Numa sociedade primitiva, isto é,

sem classes, a autoprodução coletiva é a única fonte de representações religiosas. Em sociedades de classes a autoprodução religiosa é própria da classe dominada, que não tem meios para sustentar especialistas religiosos para si. A produção religiosa de especialistas é destinada ao todo social, pertencendo a uma instituição e voltada essencialmente para assegurar o consenso religioso e moral do 'todo social'. Isto a faz se tornar a religião oficial, sob a orientação da classe dominante. A produção religiosa elaborada pelos especialistas, contém expressões tanto de uma classe como da outra, por isso se apresenta como aparentemente universal, enquanto que a autoprodução religiosa ocorre apenas nas classes dominadas e subalternas. "Podemos então definir o catolicismo popular como um conjunto de representações e práticas religiosas autoproduzidas pelas classes subalternas, usando o código do catolicismo oficial. Isso significa que o catolicismo popular incorpora elementos do catolicismo oficial - os significantes - mas lhes dá uma significação própria, que pode inclusive opor-se à significação que lhes é oficialmente atribuída pelos especialistas. O resultado é que o mesmo código religioso católico é diferentemente interpretado pelas diferentes classes sociais de maneira que, sob uma unidade formal, escondem-se, de fato, diversas representações e práticas religiosas." (Idem:135).

É na formação social senhorial que o catolicismo popular tem predominância, pois o núcleo da vida religiosa do conjunto social está no culto aos santos. Isto ocorre pelo fraco desenvolvimento das forças produtivas e a afinidade estrutural entre o catolicismo popular e a dominação pessoal, exercida pela classe senhorial. A dominação pessoal exercida pelo proprietário da terra sobre seus trabalhadores, funda-se em laços de lealdade entre dominante e dominado.

Esta relação de aliança entre fracos e poderosos é característica deste período do desenvolvimento da estrutura social e é sustentada efetivamente pelo sistema de compadrio. O estabelecimento do capitalismo agrário no Brasil, vem atingir diretamente essa relação de dominação exercida pela classe senhorial sobre a massa camponesa. Este é o período da crise da hegemonia. "O capitalismo agrário vem dissolver a dominação pessoal, na medida em que retira a capacidade da classe senhorial de assegurar a proteção à massa camponesa. É a própria base da dominação senhorial que cai por terra: o camponês já não encontra mais junto ao senhor, sob cuja dependência ele encontra a proteção de que precisa. Uma vez que o poder econômico e político desse senhor foi consideravelmente reduzido na formação social do capitalismo agrário(...). A ordem social que ele pensava ser imutável parece ruir devido à introdução de novas

relações sociais de produção. Ele experimenta no cotidiano a impotência dos senhores, agora incapazes de fazer o papel protetor que lhes atribuía a tradição." (Idem:240).

Este período corresponde ao período em que Duglas Teixeira Monteiro verifica que o coronel se vê obrigado a romper as obrigações morais assumidas com sua clientela e optar pelo estabelecimento do capital e seus ganhos. O camponês se vê traído, sozinho, fraco e a quebra de seus compromissos mais sagrados o leva a uma situação sócio-econômica em que agora se vê obrigado a vender sua força de trabalho. Segundo Oliveira, este camponês reage da seguinte maneira: pelo banditismo, marginalidade social, migração para o sertão, protesto social ou protesto religioso. Dentro desta classificação, o movimento do Contestado é compreendido como um movimento religioso de protesto social.

O autor analisa o caráter sagrado da guerra de resistência dos camponeses contra os coronéis e o exército. Para ele, o movimento messiânico do Contestado se constituiu num esforço claro de reencantamento do mundo desencantado pela dissolução da dominação pessoal, isto é, a busca de um mundo conhecido anteriormente como bom, encantado, do sistema de compadrio e da relação de dominação-proteção. O que significa dizer que, mesmo

sendo dominado, ele se sentia protegido. "A ruptura unilateral dos laços sagrados do compadrio, a perda da terra e do trabalho, a experiência da desordem social, levam os camponeses a projetar num futuro próximo a construção de uma nova ordem social, de um 'novo século'. A vida nos redutos, primícia da vida que virá no 'Novo século', é uma reprodução exacerbada da ordem social tradicional destruída pelo capitalismo. O compadrio intraclasse, as confrarias, as procissões, as rezas, a igualdade de todos os irmãos, o rigorismo da ética sexual e familiar, em suma, os valores e as instituições abaladas pelo capitalismo ganham novo vigor nos redutos." (Idem:258).

Para estes camponeses o novo século é na verdade, uma busca do passado idealizado, como forma de recusa do presente. A idealização deste passado fez com que o movimento adotasse como ideal a monarquia. Esta monarquia tinha a função de demarcar claramente a ruptura do movimento camponês com a nova ordem estabelecida, por eles confundida com a república. Faz-se necessário assim, romper definitivamente com esta nova ordem. Os redutos cortam os laços com o mundo exterior: o dinheiro republicano era proibido de ser utilizado, a propriedade individual era proibida e os padres eram expulsos. Suas atenções estavam voltadas exclusivamente à preparação do novo século. Quando o movimento atinge este momento, segundo o autor, estão presentes

os traços de um movimento messiânico e milenarista, que refugia seu real num sagrado, para esperar o retorno de seu messias. "Essa produção religiosa, que vem dar um sentido ao desmoronamento da ordem social fundada na dominação pessoal propondo a utopia de um novo século, é uma produção religiosa de leigos. Os monges que percorreram a região não eram ligados ao aparelho eclesiástico, mas leigos devotados às coisas religiosas. Sua produção religiosa, embora independente do aparelho eclesiástico, é uma produção calcada sobre o catolicismo popular tradicional." (Idem:259).

No catolicismo popular tradicional não são criados novos elementos, mas os já existentes recebem uma nova interpretação. "A análise das práticas e crenças religiosas vigentes nos redutos mostra tratar-se do catolicismo popular exacerbado, levado até os limites de sua possibilidade de autonomia leiga." (Idem:259). É através da religião nos redutos que o camponês tem condições de reestruturar seu universo simbólico, mas numa forma condicionada pelas suas necessidades de organização da vida cotidiana, marcada pela ruptura com a ordem social vigente, que não corresponde mais à ordem estabelecida por Deus.

O catolicismo popular legitimava as relações sociais, calcadas sob a estrutura da dominação pessoal, que eram traduzidas

no código religioso, como a dependência entre o santo e o devoto, pois assim era a lei de Deus. Esta relação de dependência funcionava como um reforço às relações sociais de produção pré-capitalistas, legitimando a relação de dependência-dominação. No caso do Contestado o autor afirma que o catolicismo popular deixa de legitimar a ordem social e passa a contestá-la, pois esta foi mudada, não correspondendo mais ao que era então conhecido. É exatamente a mudança na ordem social vigente que desencadeia a reação daquela população. O camponês se vê traído e suas condições materiais de existência são modificadas. Para o camponês se estabelece a 'desordem moral', já que o senhor não cumpre mais com seus deveres.

Os elementos determinantes da ação do grupo está no fraco desenvolvimento das forças produtivas do período e na incapacidade do camponês compreender intelectualmente as transformações sofridas a partir da implantação do capitalismo agrário. Sua reação é marcada pela intensificação e modificação da produção religiosa. As novas práticas são mais fortes e com novos santos, por exemplo São Sebastião, os beatos ou monges. "Os movimentos religiosos de protesto camponês inscrevem-se portanto no processo de dissolução da ordem social senhorial pela instalação do capitalismo agrário, exprimindo a reação dos dominados. Vistos neste contexto, eles aparecem como sendo determinados

pela mudança das relações sociais de produção.” (Idem:266). E, neste sentido, são as relações sociais de produção os determinantes das mudanças sociais, pois é pela produção da vida material que se determina a produção da consciência. No movimento do Contestado “(...) é a transformação das relações sociais de produção que determina a transformação da produção religiosa popular, esta deixa de ser legitimadora para tornar-se contestadora da ordem social.(...) Essa produção religiosa é moldada pelos atores sociais - individuais e coletivos - que nela intervêm conforme a sua consciência e conforme os meios organizacionais de que dispunham.(...) no Contestado sua marca é escatológica e messiânica;(....).” (Idem:266-7).

Pedro A. Ribeiro de Oliveira chama a atenção ainda que se deve dar maior importância à expressão consciente dos atores sociais, caso contrário se encararia os movimentos religiosos de contestação social como uma luta de classe revestida de aspecto religioso. Essa interpretação o autor define como sendo simplista. E não explica as diferenças existentes entre o próprio grupo no movimento. Sintetiza definindo que é apenas através de uma explicação sociológica que se tem condições de compreender esse tipo de movimento numa perspectiva globalizante. É “(...) explicar sociologicamente o fato de movimentos religiosos serem movimentos de protesto social dos oprimidos, ou o

fato do protesto social dos oprimidos fazer-se através de movimentos religiosos. Para chegar a essa explicação, é preciso reconstruir teoricamente o lugar e a função social desses movimentos no processo mais amplo de transição ao capitalismo agrário. Assim, a produção religiosa dos beatos, beatas e monges e o seu êxito entre as massas camponesas revela-se como sendo uma exacerbação do catolicismo popular tradicional, provocada pela derrocada da ordem social fundada na dominação pessoal. É portanto a crise de hegemonia provocada pela instauração do capitalismo agrário que explica sociologicamente os movimentos religiosos de protesto social dos camponeses, situando os acontecimentos que se passam no nível micro-sociológico dentro do contexto macro-sociológico que os determina." (Idem:268). O movimento religioso de camponeses contra as mudanças sociais que se estabeleciam, deixa à mostra a crise de hegemonia provocada pela instauração do capitalismo agrário, e se constitui numa utopia que tem suas raízes no passado e não uma utopia de superação da ordem capitalista. "(...) incapazes de construir um projeto social de superação do capitalismo que os oprime, os camponeses não tem outra alternativa, senão uma volta ao passado, sob a forma idealizada e projetada no futuro." (Idem:259). Para o autor, essa utopia camponesa é a expressão de sua condição de classe.

2.3- O Contestado - Como a expressão da luta de classes

Os trabalhos de José de Souza Martins e de Rui Facó são análises da situação social ocupada pelos camponeses ou homens do campo, sua forma de reação contra as mudanças na estrutura social e sua conseqüente exclusão das relações de poder. Estes dois estudos não se constituem em abordagens específicas sobre o movimento do Contestado, mas são estudos que analisam os movimentos sociais no campo. Localizam aí a gênese do processo de luta de classes, num país em que, até o início deste século, o processo de produção estava diretamente ligado à terra. Neste sentido estes autores apontam os movimentos de Canudos e Contestado, como as primeiras formas de resistência de classe.

José de Souza Martins em sua obra 'Os Camponeses e a Política no Brasil' faz uma análise de como se constituiu o campesinato no Brasil, desde as primeiras formas de luta e organização no campo. Neste estudo trabalharemos mais especificamente o capítulo I - Os Camponeses e a Política no Brasil, onde o autor aborda o nascimento do campesinato no país, suas primeiras formas de luta e resistência dentro do contexto sócio-político brasileiro. Faz referência ao movimento do Contestado como um

dos maiores movimentos sociais que o Brasil já teve e que é pouco estudado, por ter ocorrido no sertão, isto é, interior do país.

Ao analisar os termos 'Camponês' e 'Campesinato', compreende que são termos recentes e que representam um grupo de trabalhadores existentes no Brasil, muitas vezes conhecidos de outra forma. As denominações mais comuns são: parceiros, arrendatários, pequenos proprietários e posseiros. Esta designação se refere às formas de trabalhadores do campo, principalmente àqueles destituídos da propriedade da terra. Porém, na concepção de camponês, José de Souza Martins exclui o trabalhador assalariado do campo.

Ao definir o que compreende por camponês, o autor lembra que os termos mais comumente utilizados foram o famoso caipira, caicara e no sul do país o caboclo. Essas expressões trazem consigo um duplo sentido, em primeiro lugar se referem ao homem que trabalha no campo. Outro sentido dado é caracteristicamente depreciativo como tolo, tonto e atrasado. Com este tipo de designação ou compreensão que se tem do homem do campo, fica mais fácil entender a exclusão que o campesinato teve do processo político brasileiro, durante sua história. O camponês se tornou por muito tempo, um mero ausente e por isso mesmo nunca

visto e nem lembrado. "A ausência de um conceito de uma categoria, que o localize socialmente e o defina de modo completo e uniforme constitui exatamente a clara expressão da forma como tem se dado a sua participação nesse processo-alguém que participa como se não fosse essencial, como se não estivesse participando." (MARTINS, 1981:25). Este fato aponta para uma profunda exclusão ideológica. Por exemplo, alguns dos principais acontecimentos políticos da história contemporânea do Brasil são de camponeses, ~~mas~~ quase que totalmente desconhecidos da maioria da população. "A maior guerra popular da história contemporânea do Brasil foi a guerra do Contestado, uma guerra camponesa no sul do país, nas regiões do Paraná e Santa Catarina de 1912 a 1916. Abrangeu 20 mil rebeldes, envolveu metade dos efetivos do exército brasileiro em 1914, mais uma tropa de mil vaqueanos, combatentes irregulares. Deixou um saldo de pelo menos três mil mortos." (Idem:26).

Os movimentos sociais no campo sempre foram tratados numa perspectiva evolucionista, que ordena os diferentes acontecimentos na forma de: messianismo- exemplo de Canudos e Contestado; banditismo social- exemplo de Antonio Conselheiro e Lampião; associativismo e sindicalismo- como por exemplo as ligas camponesas e sindicatos de trabalhadores rurais. Em nenhum momento os movimentos camponeses são considerados como movimen-

tos políticos. E, "Poucos sabem e se dão conta que o campesinato brasileiro é a única classe social que, desde a proclamação da república, tem uma reiterada experiência direta de confronto militar com o exército: em Canudos, no Contestado e de outro modo, em trombas de formoso, etc." (Idem:27).

José de Souza Martins critica os autores que não compreendem como movimento político os movimentos camponeses. Acreditam que é apenas através da intervenção de fora que estes movimentos se tornam políticos e outras vezes ainda, estes os classificam como movimentos pré-políticos. Vê como um engano quando se considera que é apenas a partir do final dos anos 40 e início dos 50, com o movimento sindical e político-partidário que o campo passa a ter expressão política. "O movimento sindical e político-partidário no campo passa a cobrir uma boa parte do espaço que antes era ocupado pelo messianismo e pelo banditismo social, mas não cobre, mesmo hoje, todo o espaço. É significativo que movimentos messiânicos e o movimento sindical se entrecruzem com frequência, sem causar nos seus participantes o mesmo choque que tal cruzamento causa nos guardiões da pureza política das lutas populares." (Idem:30).

A falta de conhecimento da forma de vida, da realidade camponesa e da sua história é que conduz à superestimação do mis-

ticismo, não considerando a expressão de seus interesses e necessidades. Este fato leva à compreensão de que a religião dá uma característica pré-política às lutas camponesas e à estrutura social do campesinato. Para tanto, o misticismo e a regionalização dos movimentos não devem ser entendidos como limitações do grupo, mas como fruto da sua condição social de classe.

José de Souza Martins classifica o período que vai da abolição da escravatura (1888) até o golpe militar de 1964, como o período da história contemporânea do campesinato brasileiro. Dentro deste período, faz uma análise histórica de como chegou a se produzir este campesinato, sua trajetória de lutas e conquistas. Compreende que é a partir da abolição da escravatura que são dadas as condições para o surgimento deste novo grupo social e o golpe militar de 1964 põe fim às possibilidades de existência dos movimentos camponeses, deixando como único caminho de luta a sindicalização.

Ao fazer um estudo sobre este período histórico, localiza as origens do campesinato tradicional no período colonial. Neste período já existiam classes que pelas próprias origens eram consideradas excluídas de seus direitos. Cita como exemplo os escravos, os índios e o branco mestiço, que foram excluídos da estrutura social pelo sistema de morgadio. Neste

sistema o primogênito da família se tornava o único herdeiro legal, fazendo com que os demais familiares passassem para a condição de elementos pertencentes ao patrimônio herdado. "O morgadio interditava a dispersão da riqueza pela herança, mas não impedia a abertura de novas fazendas e a constituição de novas propriedades mediante simples ocupação e uso da terra. Aliás, era esse o processo de obtenção de sesmarias: o futuro sesmeiro ocupava antes a terra, abria sua fazenda e só assim se credenciava para obter a concessão e a legitimação da sesmaria." (Idem:33).

O morgadio representava uma característica da sesmaria e dava condições para que surgissem os novos fazendeiros. Ao branco deserdado, era permitido que abrisse sua própria fazenda. Já o mestiço até poderia se estabelecer abrindo sua posse, mas este dificilmente se tornaria um sesmeiro. O posseiro acabava sempre se tornando um agregado do sesmeiro, isto é, trabalhava nas terras que tinham sido atribuídas como posse de um sesmeiro. A concessão da sesmaria tinha precedência legal sobre os direitos de posse. "Com isso, os direitos dos camponeses que viviam como agregados só eram reconhecidos como extensão dos direitos do fazendeiro como concessão deste, como questão privada e não como questão pública. Isso não fazia do agregado um escravo do fazendeiro, um servo, como os servos da so-

cidade feudal. O código que regulava as relações do senhor com o escravo era um; o que regulava as relações do fazendeiro com o agregado era outro. Naquele, configurava-se uma relação de dominação, da pessoa sobre a coisa que era o escravo, cuja humanidade a relação escravista não reconhecia. Humano era o senhor, não o escravo. No outro, a relação era essencialmente a relação de troca - troca de serviços e produtos por favores, troca direta de coisas desiguais, controlada através de um complicado balanço de favores prestados e favores recebidos." (Idem:35). A relação de troca estabelecida entre o agregado e o fazendeiro, não significa unicamente troca material. Troca-se de tudo, desde gêneros produzidos, lealdade recíproca, amizade e a proteção assegurada através das relações de compadrio estabelecida entre o agregado e o fazendeiro.

O surgimento do campesinato está diretamente relacionado, no período colonial, com a economia escravista de produção. O trabalho escravo negro era amplamente utilizado na grande fazenda, e ao agregado eram reservadas funções consideradas complementares.

Os agregados eram utilizados, em sua maioria, para a abertura de novas fazendas, na derrubada da mata e início do plantio, período em que a fazenda ainda não é considerada economi-

camente produtiva. Durante este trabalho também se dedicavam à produção de gêneros alimentícios. Este tipo de produção é considerado mais uma característica do grupo, pois plantavam para seu próprio consumo e uma pequena comercialização do que era considerado excedente pela família. O trabalho escravo só era introduzido na fazenda quando esta estivesse pronta para produzir em larga escala, os exemplos mais conhecidos são as fazendas de café e cana-de-açúcar.

O autor inclui ainda sob a denominação de camponês os posseiros e sitiantes. Compreende por posseiro aquele pequeno agricultor que não tem a posse legal da terra que está sob seu domínio. O sitiante também é um pequeno agricultor e dono de sua terra, mas que acabava sempre sendo incluída em uma sesmaria.

A produção deste grupo social, aparentemente heterogêneo, conserva entre si elementos determinantes da sua condição social, que segundo o autor, estava diretamente ligada com a estrutura social de produção. "Só posso pois, compreender as determinações mais profundas da forma de campesinato que se desenvolveu no Brasil no período colonial, e sobretudo a sua exclusão social, econômica e política, se compreendo que ela se determinava fundamentalmente pelo trabalho escravo e só num

segundo plano pela forma de propriedade da terra que decorria da escravidão. O camponês era, portanto, duplamente excluído: da condição de proprietário de terras e da condição de escravo, já que não podia ser convertida em renda capitalizada do tráfico colonial. Essa exclusão, portanto, das relações de propriedade, não o excluía da propriedade." (Idem:38).

Posteriormente, as modificações sociais ocorridas no Brasil vêm atingir diretamente o campesinato em formação; de um lado a abolição do trabalho escravo negro, de outro o advento da República e com ela modificações determinantes do novo regime. Superado o primeiro fator condicionante de sua exclusão, que era o trabalho escravo, o que passa a ser determinante são as relações de propriedade sobre a terra. Com a República, a propriedade das terras devolutas da União é transferida para o patrimônio dos Estados. Com essa transferência cada Estado tem condições de estabelecer sua própria política de distribuição e ocupação das terras.

Nos estados do sul e sudeste, as terras passaram para grandes fazendeiros ou grandes empresas colonizadoras. Mas, de um modo geral, em todo o país as terras repassadas aos Estados vão parar nas mãos das oligarquias regionais, por serem estas que davam a sustentação política para o poder público estadual.

Instala-se no país o período conhecido como coronelismo, que "(...) se caracterizou pelo rígido controle dos chefes políticos sobre os votos do eleitorado, constituindo os 'Currais eleitorais' e produzindo o chamado 'voto de cabresto'. Isto é, o eleitor e o seu voto ficavam sob tutela dos coronéis, que deles dispunham como coisa sua." (Idem:46).

A quantidade de votos que o coronel detinha sob seu controle, determinava sua força de pressão junto ao poder público estadual. Para José de Souza Martins "O coronelismo enredava numa trama complicada, questões de terras, questões de honra, questões de família e questões políticas. As velhas guerras familiares, que vinham desde a colônia, ampliaram-se, agora complicadas por questões político-partidárias." (Idem:48-9).

É neste contexto que se tem acentuado a história da violência no sertão brasileiro. De um lado, o coronel utiliza todo o seu poder de força para controlar sua região, e, de outro, camponeses resistem e entram em confronto com os coronéis e as forças políticas estabelecidas. Inicia-se, em algumas regiões do sertão brasileiro, um período de grandes lutas e movimentos.

O clima de tensão se agrava de forma especial no sertão da Bahia e no interior de Santa Catarina na divisa com o Paraná.

Tais movimentos ocorreram sob a forma messiânica e devido à repressão exercida, transformaram-se numa guerra civil. Tanto em Canudos como no Contestado, a justificativa da atuação do exército foi com base na acusação de que os sertanejos eram monarquistas, e este era o maior crime político que se poderia cometer então. "Os sertanejos do contestado foram acusados de monarquistas. De fato, o seu combate era dirigido contra a república dos coronéis, considerada responsável pela expulsão do povo, pela opressão que a Lumber impunha aos trabalhadores e camponeses da área, proibindo-os inclusive de permanecerem nos botequins próximos às estações ferroviárias quando ali estivessem presentes as 'pessoas do porto', os funcionários graduados da companhia." (Idem:57).

A monarquia proclamada nos redutos era basicamente uma monarquia igualitária. Se constituía exatamente ao oposto da República, que identificavam como sendo dos coronéis e com eles, todas as injustiças praticadas. Os sertanejos tanto de Canudos como do Contestado organizaram seus redutos ou cidades santas para se afastarem do mundo em que viviam, transformando este território em sagrado. Nos dois locais, os sertanejos foram vencidos pela ação do exército e pela fome que tomara conta.

Para José de Souza Martins "O messianismo e o cangaço definiram os limites da rebeldia camponesa no âmbito do coronelismo, da forma peculiar de poder da República Velha que se personificava diante do camponês rebelado. Os movimentos messiânicos só se transformaram em lutas armadas porque seus adeptos foram atacados por razões que só mediatamente e não imediatamente tinham alguma coisa a ver com o perigo que eles pudessem representar para a ordem constituída. Tal fato não deve ser tomado como indício de alienação e importância política do campesinato, o mesmo se dando no cangaço, mais agressivo, embora pessoal. A luta era localizada porque na verdade as grandes tendências do processo político se definiam nas localidades. (...). É legítimo suspeitar que os militares a serviço do governo e da ordem constituída não tivessem lutado por equívoco. Quatro anos de guerra no Contestado, com sucessivas derrotas dos militares, significavam também uma luta contra o projeto de sociedade que os camponeses preconizavam e implantavam nos seus redutos. A intervenção militar em Canudos e no Contestado, em defesa da ordem e do regime constituiu a mediação que fez, das guerras camponesas, guerras políticas; que arrancou as rebeliões místicas dos camponeses da sua aparente insignificância localista, municipal e pré-política, descobrindo nelas a dimensão política profunda, o perigo para a ordem constituída, o seu poder desagregador." (Idem:61-2).

Os movimentos camponeses e as lutas camponesas que se desenvolveram no sertão brasileiro constituíram formas de luta que o campesinato desenvolveu contra a estrutura de poder estabelecida no período da Velha República. Segundo José de Souza Martins é na disputa pela terra que se dá o confronto direto entre camponeses e fazendeiros. O fim do trabalho escravo produz uma nova forma de dominação e revela a real contradição que separa exploradores e explorados.

O autor interpreta os movimentos messiânicos e o cangaço, ocorridos no sertão brasileiro, como indicadores de uma desestruturação dos vínculos tradicionais de dependência, e sintetiza: "A apropriação da terra pelos grandes fazendeiros, que fora subproduto da escravidão, passa a ser condição da sujeição do trabalho livre, instrumento para arrancar do camponês mais trabalho. A característica violência pessoal e direta, que confrontava os camponeses entre si e entre eles e os fazendeiros, começa a se transformar numa resistência de classe. Daí que formas tão parecidas de resistências ocorram em áreas tão distantes e tão diferentes em muitos aspectos, como Canudos e Contestado. Ainda que essa resistência tenha ocorrido na moldura de dominação dos coronéis, messianismo e cangaço foram as formas primeiras de libertação, no sentido de manifestação de uma vontade própria." (Idem:62-3).

O trabalho de Rui Facó 'Cangaceiros e Fanáticos (Gênese e Luta)' procura analisar as origens sociais do cangaço e do fanatismo. O estudo tem como fonte a apresentação deste fenômeno no nordeste brasileiro. Mas em alguns momentos o autor faz referências ao movimento do Contestado, principalmente quando se refere às questões da religião desenvolvida pelos participantes do movimento.

Os aspectos mais relevantes para nossas análises estão contidas na primeira parte de seu estudo - O Despertar dos Pobres do Campo, onde procura definir o que se compreende por fanatismo e sua forma de manifestar os interesses e necessidades do homem do campo.

Rui Facó compartilha das análises de José de Souza Martins, quando compreende que as condições internas que levaram a produzir uma estrutura social de classes está localizada exatamente no monopólio da terra, que teve sua origem ainda nos tempos coloniais, com o sistema de sesmaria. Considera esta forma de sistema o que provocou um tipo de ocupação do solo brasileiro concentrado nas mãos de uma população insignificante, e, ao mesmo tempo, produziu uma 'população livre' que trabalha na terra e permanece em completa dependência em relação ao seu dono.

Apresenta um extenso relato histórico de como foi sendo produzida essa população livre, principalmente, no nordeste brasileiro calcada sobre a estrutura latifundiária. Compreende por população livre, aqueles que não tem para onde ir, que são desprovidos de toda e qualquer propriedade, ou seja, os pobres do campo que vivem numa forma de nomadismo em busca de como satisfazer as suas necessidades. "Contra a fome e a miséria que aumentam com a seca, manifestam-se dois tipos de reação da parte dos pobres do campo: a) A formação de grupos de cangaceiros que lutam de armas nas mãos, assaltando fazendas, saqueando comboios e armazéns de víveres nas próprias cidades e vilas; b) A formação de seitas de místicos-fanáticos - em torno de um beato ou conselheiro, para implorar dádivas aos céus e remir os pecados, que seriam as causas de sua desgraça." (FA-Có, 1980:29).

Na verdade aponta estas duas formas de manifestação como efeitos de causas mais sérias e profundas. Compreende como as reais causas a ausência de justiça, analfabetismo, precariedade de comunicações e transportes, baixos salários gerados por um completo atraso econômico e total isolamento do meio rural. "O cangaceiro e o fanático eram os pobres do campo, que saíam de uma apatia generalizada para as lutas que começavam a adquirir caráter social. Lutas, portanto, que deveriam decidir,

mais cedo ou mais tarde, seu próprio destino. Não era ainda uma luta diretamente pela terra, mas uma luta em função da terra - uma luta contra o domínio do latifúndio semifeudal." (Idem:37).

O autor lembra que entre meados do século passado e início deste século, essas lutas começaram a surgir em todo o país. Pelo baixo nível de desenvolvimento cultural desta população, praticamente analfabeta, a sua forma de compreender a realidade assumia um aspecto eminentemente religioso e místico, o que foi chamado de fanatismo. "Sob esta denominação têm-se englobado os combatentes de Canudos e do Contestado, do Padre Cícero ou do Beato Lourenço: fanáticos. Quer dizer, adeptos de uma seita, ou misto de seitas, que não a religião dominante. Só que a seita por eles abraçada, fortemente influenciada pela religião católica, que lhe dá o substrato, era sua ideologia. Como toda ideologia, um conjunto de conceitos morais, religiosos, artísticos, etc., que traduziam suas condições materiais de vida, seus interesses, seus anseios de libertação e seus próprios métodos de luta." (Idem:39-40).

É sob a condição de revolta e desespero que os pobres do campo não poderiam nunca compartilhar de uma mesma ideologia que a classe dominante. Para tanto apresenta-se como uma ten-

dência natural das massas exploradas, encontrar formas próprias de explicar sua realidade, ou seja, "(...) em determinadas condições, criar uma religião própria, que lhes sirva de instrumento em sua luta pela libertação social, como o cristianismo foi, em seus primórdios, religião de escravos e proletários da época." (Idem:42).

Atribui também às condições sociais de isolamento vivido por esta população a sua consciência primária sobre si mesma e o meio que a cerca, ainda não compreendido em sua totalidade. Por isso a necessidade de criar, através de uma religião, deuses locais que venham atender seus interesses e necessidades.

Caracteriza o fanatismo como um movimento passivo que não apresenta, num primeiro momento, elementos agressivos. Na maioria das vezes, as primeiras manifestações são contra a igreja católica e suas pregações. Mas, gradativamente, estes grupos entram em choque com as forças repressoras. E o movimento passa para uma fase ativa, isto é, ocorrem os confrontos diretos, sob a justificativa de acabar com o fanatismo. Para justificar a luta contra aqueles "(...)homens que se desligaram da sociedade civil por terem abandonado a ideologia religiosa das classes dominantes. Este é o primeiro pretexto para o assalto armado." (Idem:49-50).

O que comumente se define como fanatismo, para o autor, representa o 'elemento de luta' que serve, inicialmente, para unir um grupo. Chega a considerar o fanatismo como um elemento necessário à solidariedade grupal, levando-os até uma reação à ordem estabelecida. "No nível cultural em que viviam, não só mergulhados no analfabetismo como ignorando seu próprio País, submetidos aos senhores das terras e às forças cegas da natureza, o fanatismo, o misticismo mais grosseiro era a sua ideologia." (Idem:50).

Registra ainda que, o misticismo ou o fanatismo é uma forma de reação passiva, enquanto estiver concentrada num pequeno grupo. A partir do momento que atingir uma massa considerável, passa a atuar como uma fonte impulsionadora das lutas sociais no campo.

A compreensão e explicação do movimento do Contestado sob estas três diferentes óticas deixam questionamentos sobre sua maneira de abordar os acontecimentos. Por momentos fazem uma análise específica do movimento, sem uma compreensão do contexto histórico-social em que está enserido, ou, em outros momentos, é feito o inverso. Uma análise da estrutura social num contexto amplo, sem se levar em consideração as relações específicas produzidas pelo próprio grupo. As análises feitas neste

capítulo, nos remetem ao estudo das condições materiais concretas vividas pelo próprio grupo, e que se localiza, num contexto amplo, dentro do modo de produção capitalista. É no estudo da base material concreta que teremos condições de compreender a real formação do grupo e a produção do movimento.

3- A BASE MATERIAL DA PRODUÇÃO HISTÓRICA DO CONTESTADO

As condições materiais constituem a base concreta da produção histórico-social do grupo que viveu o movimento do Contestado. Veremos que seus elementos determinantes estão diretamente ligados às mudanças da estrutura social ocorrida no Brasil em meados do século passado, com a regulamentação da propriedade da terra e o trabalho livre.

Estas modificações de caráter político-econômico, apresentam reflexos também na região contestada. São estabelecidas novas relações de produção que estimulam o processo de ocupação da área, modificam a estrutura social existente e valorizam economicamente a região. Este processo vai refletir diretamente sobre a estrutura de poder existente e provocar o desmascaramento das relações de dominação.

3.1- Mudanças na Estrutura Social

O processo de desenvolvimento capitalista vivido pelo Brasil teve momentos de intensas modificações. Sua efetiva implantação vai desde a transformação vivida pela economia organizada sob o trabalho escravo, ao desencadeamento do processo de industrialização.

A primeira das modificações a ser considerada, é aquela ocorrida desde a suspensão do tráfico negreiro (1850), até a extinção do trabalho escravo (1888). Este período representa um espaço de tempo em que a expansão das forças produtivas entra em conflito com as relações escravistas de produção. Em segundo lugar está a transferência das terras devolutas do patrimônio da União para o patrimônio dos Estados.

A partir da suspensão do tráfico negreiro, devido às pressões do governo inglês, a classe dominante começa a encaminhar o processo de substituição do trabalho escravo, sem prejuízos à economia colonial. Em resposta a esses interesses desencadeiam-se medidas como a Lei nº 601 - Lei de Terras, em 1850. Esta Lei teve o objetivo de regulamentar a abertura de

novas posses. Estabelece que a aquisição de terras devolutas poderá ser feita apenas mediante sua compra à vista.

O Estado restringiu artificialmente o acesso à terra em todo o país. Esta ação teve o intuito de proteger as grandes faixas de terras livres ou devolutas. De outra forma as terras poderiam ser ocupadas por escravos emancipados, provocando a falta de mão-de-obra.

Na verdade, o Brasil, em meados do século passado, encontrava-se numa situação de completa dependência comercial e financeira em relação à Inglaterra. A suspensão do tráfico de escravos ocorre exatamente no período de ascensão do mercado de exportação, especialmente do café.

A partir de então a produção cafeeira esbarraria no problema da escassez da mão-de-obra. Este fator, num primeiro momento, provocou o remanejamento de escravos das mais diferentes regiões do país em direção às regiões cafeeiras. A concentração da população escrava contribuiu para o aparecimento de outras formas de exploração da força de trabalho, em especial, do trabalho livre.

As mudanças mencionadas, Lei de Terras e a implantação do

Trabalho Livre, permitiram a substituição do trabalho escravo, sem destruir a economia da grande fazenda. Para solucionar os problemas advindos com a falta de mão-de-obra na lavoura cafeeira, o governo dinamizou uma política de colonização e subsidiou a imigração de trabalhadores europeus, principalmente Italianos e Alemães.

No período anterior, além da posse da terra, a principal forma de propriedade estava representada pela compra e venda do escravo e na apropriação de seu trabalho. Pouco a pouco alteraram-se as bases da ordem social. Com o trabalho escravo extinto, a propriedade da terra assume outro sentido. O monopólio da classe sobre o trabalho escravo se modifica para o monopólio da classe sobre a propriedade da terra, ou seja, o senhor de escravos se transformou em proprietário de terras. A propriedade fundiária se torna o principal instrumento de controle e subjugação da força de trabalho.

A proclamação da República (1889), logo após a extinção da escravatura, não afeta a organização social existente. Aqueles que no período da colônia eram os detentores de grande quantidade de terras e de escravos, são agora, os que assumem o poder representado pela República. Douglas Teixeira Monteiro demonstra que do império para a república não houve modi-

ficações concretas no sistema de dominação. Esclarece que o poder político das oligarquias, ao contrário, é reforçado e sustenta seus interesses. "Com o advento do regime republicano, as oligarquias se reforçam, porque obtêm o comando político municipal e estadual e, ao mesmo tempo, instaura-se uma situação pela qual, mais do que anteriormente, o mandonismo local subsiste graças aos acordos de proteção contínua e às ligações com os poderes estaduais e federais. (...). Nesta situação, o que existe de novo não é a presença de poderes locais e de oligarquias estaduais. Não é nem mesmo a simbiose entre poder central e mandonismos estaduais e municipais. Ambos os fatos tem suas raízes na colônia e encontram expressão concreta no império. O que existe de realmente novo é que, com a autonomia concedida às antigas províncias, todo um conjunto de decisões político-administrativas transfere-se para as órbitas estaduais e municipais. Passa-se com isto de uma situação na qual as autoridades políticas e administrativas eram envolvidas para uma outra, na qual as oligarquias dispõem de maior autoridade, assumindo, desse modo, novas funções." (MONTEIRO, 1974:24).

O que há de novo é a força político-administrativa assumida por grupos oligárquicos, que na maioria das vezes estavam aliados a forças políticas locais, os coronéis. A força do coronel, em determinadas regiões, significava também a força do go-

verno que este sustentava politicamente.

Esta aliança entre chefes políticos municipais ou regionais e oligarquias estaduais é que irá dominar a política de distribuição de terras, na maioria dos estados brasileiros, por mais de três décadas (1).

Em Santa Catarina e no Paraná as mudanças advindas da nova realidade político-administrativa, criadas a partir da República, vem somar-se a um incipiente crescimento econômico. Os poderes públicos estaduais e locais passam a ser utilizados como instrumentos ou meios para garantir a realização de interesses dos coronéis, das oligarquias estaduais, de empresas nacionais e estrangeiras envolvidas com projetos econômicos. O controle das terras devolutas e a autonomia quanto à cobrança de taxas e impostos conduzem a atuação dos poderes públicos. As áreas mais visadas são aquelas em que a exploração de suas riquezas encontravam-se em crescimento.

Os estados de Santa Catarina e Paraná tentam, através de concessões de terras a particulares, estabelecer seus domínios. A chamada questão de limites está calcada na relevância econômica apresentada pela região, tendo na pecuária e na extração da erva-mate seus produtos fundamentais.

O não reconhecimento da divisão administrativa entre os dois estados desencadeia uma disputa dos respectivos poderes públicos. Cada estado tem o interesse de assegurar seus direitos sobre a área que hoje é compreendida como parte do meio oeste de Santa Catarina e sudoeste do Paraná. A divergência entre os dois estados se estende até 1916, quando, num acordo entre os governadores Felipe Schmidt (SC) e Afonso Camargo (PR), intermediado pelo presidente da república Wenceslau Bráz, foram estabelecidos os limites existentes até hoje.

Para chegar a isso, no entanto, houve uma série de confrontos políticos, cercados de ações e petições legais, por parte dos respectivos interessados. A disputa tomou tal vulto que em alguns momentos é levada ao Supremo Tribunal Federal. As referidas ações ficam conhecidas como 'A Questão de Limites entre Santa Catarina e Paraná' e a área alvo dos interesses fica então chamada 'Região do Contestado'(2).

Além das ações, a nível judicial, cada estado agia de forma a garantir seus direitos sobre a região. Douglas analisa como se estabelecia a correlação de forças entre os dois estados. "A questão de limites entre Paraná e Santa Catarina e o problema correlato dos impostos sobre a erva-mate, proporcionam exemplos de como os chefes locais eram utilizados pela

oligarquia estadual e dela se utilizavam na defesa de seus interesses e dos interesses de suas clientelas políticas. Com o propósito de firmar jurisdição e de criar fatos consumados, as autoridades de ambos os Estados promoviam a fundação de vilas, legalizavam posses e concediam terras a correligionários ou empresas nas áreas litigiosas." (MONTEIRO, 1974:29-30).

As mudanças político-econômicas ocorridas a partir da institucionalização da propriedade da terra e o trabalho livre, foram determinantes na constituição do novo quadro social. A disputa pela propriedade da terra na região do Contestado ocorre não apenas num nível particular, ou seja, pessoas buscando se estabelecer. Demonstra, também, a necessidade de legitimação do poder, através da legitimação da propriedade. O Estado enquanto poder público, representante das oligarquias, se torna um dos principais interessados em estabelecer seus direitos de propriedade, seja pessoalmente ou através de seus representantes regionais.

N O T A S

(1) Existem vários estudos referentes ao tema em específico, tais como: "Coronelismo, Enxada e Voto" de Vitor Nunes Leal. São análises importantes da estrutura social brasileira, que neste momento, não nos parece necessário aprofundar pois estaríamos nos distanciando do nosso objeto de estudo. O que se faz necessário registrar, é que tanto o estado do Paraná, como o de Santa Catarina não se diferenciavam da atuação dos demais estados. Veremos posteriormente, no decorrer deste trabalho, que a estrutura social da região conhecida como 'Região do Contestado', se organizou com base na estrutura coronelista, diretamente ligada aos poderes públicos estaduais.

Quanto ao processo de distribuição e/ou ocupação da terra a dinâmica obedecida pelo estado de Santa Catarina, em especial, o que ocorreu no meio oeste catarinense, podemos citar o estudo 'Terras Públicas e Particulares' - O impacto do capital estrangeiro sobre a institucionalização da propriedade privada (Um estudo da Brazil Railway Company no meio oeste catarinense) - de Rosângela Cavallazzi da Silva. A autora faz a seguinte referência: "Acreditamos que a intenção de valorizar artificialmente a terra no intuito de impedir a aquisição imediata pelo imigrante, a fim de proporcionar braços para a la-

voura de café, em áreas onde predominava a pecuária, ao lado de outras condições especiais, tais como a inserção de investimentos estrangeiros, seja na construção de estradas de ferro, na exploração de madeira ou no processo de colonização, gerou efetivamente a valorização da terra, servindo esta, a partir de então, não apenas como mero instrumento para a criação, mas principalmente como fonte de renda. Tanto que, com a república observa-se no planalto catarinense uma verdadeira 'corrida' junto ao Governo Estadual, por parte dos fazendeiros e seus prepostos, no sentido de ampliarem suas concessões de terras, objetivando futura e lucrativa revenda para fins de colonização." (23-4).

(2) Sobre a questão de limites gostaríamos de fazer algumas considerações: A referida região, que inicialmente fora conhecida como 'Região das Missões ou de Palmas' fora palco de disputas entre Brasil e Argentina. Em 1895 a situação foi definida em favor do Brasil. A nível interno, a disputa pelo território se dava entre Santa Catarina e Paraná. Crispim Mira, em seus estudos, sintetiza, "Até o ano de 1709, Santa Catarina fez parte da capitania do Rio de Janeiro, a que também pertenciam os territórios de São Paulo e Minas Gerais. Dessa data em diante ficou incorporada à capitania de São Paulo, desmembrada do Rio de Janeiro. Em 1723, passou a pertencer à ouvidoria de

Paranaguá, que se desagregou em 1749, quando por carta régia de 20/11/1749 foi criada a ouvidoria de Santa Catarina, tendo como limites: para o norte pela barra central do Rio São Francisco, pelo Cubatão do mesmo rio e pelo Negro, que se mete no Grande Curitiba (o Iguassu) e para o sul os montes que desaguan na lagoa Imery. Pelo Art.2º da Constituição do Império que dividiu o Brasil em províncias com os limites que então tivessem as capitânicas gerais, lógico era que as extremas de Santa Catarina não poderiam ser senão as que foram estabelecidas pela Carta Régia de 1749. Assim, porém, não entenderam nem São Paulo, nos tempos coloniais, nem a província do Paraná, criada em 1853, o que deu motivo à grande questão de limites só dirimida em 1916 por acordo e com a intervenção do D. Wenceslau Pereira Braz." (in: SILVA,1983:27).

Existe ainda uma série de outros estudos que se referem à região e seus limites, podemos citar Oswaldo Rodrigues Cabral, Oscar Castilho, Crispim Mira.

3.2- Novas Formas de Relações Sociais de Produção Capitalista

A área conhecida como 'Região do Contestado', no período que compreende o início até meados do século passado, esteve voltada para a ocupação da terra. Segundo Maurício Vinhas de Queiroz a primeira ocupação ocorreu através da 'frente pastoreil', que consistia na posse e estabelecimento nas terras. Este processo ofereceu condições para o surgimento das grandes fazendas, ou seja, as grandes propriedades. É o domínio sobre a terra que passa a ser o elemento condutor das mudanças no processo de trabalho.

Em seus estudos sobre a estrutura social da região, Maurício Vinhas de Queiroz, demonstra que a propriedade de terras e a representação política exercida pelo seu dono, são fatores determinantes na hierarquia social existente. O referido autor registra, no que diz respeito à estrutura social da população que habitava a região de 'serra-acima': "Em todo e qualquer lugar havia e era reconhecido um esquema básico de hierarquia social, expresso numa escala de posições típicas dentro da sociedade, em relação às quais sempre se encontravam pontos de referência para avaliar o prestígio inclusive daqueles indivíduos

que desempenhavam as ocupações mais raras. De acordo com a terminologia vulgar assim se escalonava a sociedade sertaneja: a) Coronéis; b) Fazendeiros; c) Criadores ou meio-fazendeiros; d) Lavradores; e) Agregados; f) Peões." (QUEIROZ, 1981:43).

A região do Contestado compreendia as cidades de Canoinhas, União da Vitória, Curitiba, Campos Novos e Irani. Cada uma possuía seu chefe político local, representado pelo 'coronel'. Podemos citar os 'coronéis' Francisco Albuquerque, Henrique Rupp, Henrique Rupp Júnior, Juca Pimpão, Manoel Thomaz Vieira e Fabrício Antonio Vieira dentre outros que tiveram uma participação importante no desenrolar do movimento.

Em segundo plano encontrava-se uma grande quantidade de fazendeiros. Para ser considerado fazendeiro, levava-se em conta o tamanho da propriedade e a quantidade de gado. "O fazendeiro deveria possuir um número de cabeças de gado que ultrapassasse muitas centenas e a propriedade mais que dezenas de alqueires." (QUEIROZ, 1981:45). Bem próximo a este grupo, era conhecido o meio-fazendeiro ou criador. Eram aqueles proprietários que, tanto pelo tamanho da sua propriedade como pela sua produção de gado, estava abaixo da média geral dos fazendeiros.

Como consequência da forma de ocupação da área era comum encontrar famílias que moravam bem afastadas das vilas e sedes das fazendas. Dedicavam-se à plantação de tabaco, milho e criação de porcos. Eram famílias que ali se abrigavam. Cultivavam um pequeno espaço de terra, porém, sem qualquer título de propriedade. Este era o conhecido 'caboclo da região'. É o caboclo que, em períodos de colheita da erva-mate, prestava serviços aos coronéis e fazendeiros, fazendo sua coleta na mata. Outras famílias que viviam em algumas áreas, eram os camponeses imigrantes. Poucos destes camponeses faziam parte das primeiras famílias advindas da política de colonização iniciada pelo Estado. Estes dois grupos, segundo o autor citado, recebiam a denominação de lavradores.

Os dois últimos grupos se constituíam, na verdade, dos trabalhadores das fazendas e com ligação direta ao coronel ou ao fazendeiro. Os agregados possuíam família e moravam nas propriedades de seu patrão. Estes faziam todo e qualquer tipo de trabalho. Como pagamento recebiam casa para morar, um pedaço de terra para plantar e algumas cabeças de gado para criar. Viviam sob a forma de prestação de serviços. Um pouco diferentes dos agregados eram os peões. Estes não possuíam família e eram o que poderíamos chamar de 'trabalhador avulso'. Trabalhavam por salários irrisórios e, muitas vezes, em troca da ali-

mentação e local para dormir. O meio sertanejo de então, estava estruturado basicamente sob a forma latifundiária, tendo como principal característica as relações sociais de produção existentes entre o proprietário e o trabalhador da terra.

Mesmo com a República, o sistema de criação extensiva, calcada no grande latifúndio, não só teve continuidade, como, também, foi estimulada por uma nova e lucrativa atividade econômica, a coleta da erva-mate (árvore nativa da região). A extração da erva-mate teve grande impulso no fim do século passado e início deste século, chegando a se tornar produto de exportação brasileira. Esta crescente valorização provocou uma grande corrida aos ervais localizados nas terras ou sem títulos de propriedade. Na verdade as propriedades dos 'coronéis' e fazendeiros abrangiam praticamente todos os ervais conhecidos. Quanto àqueles que ainda restavam, não é difícil compreendermos quem teve acesso à sua exploração - os coronéis, pois através dos chefes políticos locais arrendavam as terras de seus respectivos Estado. "(...) a exportação da erva-mate foi origem de fortuna em Santa Catarina e principalmente no Paraná. Os intermediários nas vilas do interior sempre ficaram com boa parte do lucro, e coube sempre o seu quinhão, maior ou menor, aos fazendeiros e bodegueiros. Entretanto, os homens que descobriam os ervais e se internavam na floresta para o trabalho extenuante

ao longo dos meses mais rigorosos, mal ganhavam às vezes para comer durante a maior parte do ano." (QUEIROZ, 1981:31).

Com a crescente valorização econômica da região, as terras devolutas são alvo de maior interesse, tanto para o governo do estado de Santa Catarina como do Paraná. Pois, com a questão de limites ainda não resolvida, o interesse recaía sobre os tributos ou impostos cobrados na exportação da erva-mate. Cada estado compreendia ser de seu direito recolher impostos no território Contestado, ou sobre o que de lá saísse. Os dois principais caminhos percorridos pelo mate eram: no Paraná - de União da Vitória para Curitiba; em Santa Catarina - de Canoinhas para Joinville. Cada Estado estava interessado nos lucros econômicos advindos da região Contestada.

Como já ressaltamos, quando nos referimos à questão de limites, os dois Estados procuravam promover a ocupação das áreas com a fundação de vilas e legalização de posses, de acordo com seus interesses. A situação mais comum era fazendeiros ou criadores terem a posse de determinadas terras registradas nos cartórios de um dos estados e a mesma terra ser registrada como posse de terceiros em cartórios do outro estado envolvido.

Dentre o material pesquisado, tivemos a oportunidade de

encontrar exemplos em que as pessoas ou famílias eram expulsas de suas propriedades por outras, que possuíam os registros reconhecidos no outro estado. Estes expulsos, na maioria das vezes, tinham como saída se dirigirem às 'Cidades Santas', aderindo ao movimento armado ocorrido na região do Contestado. Exemplos como o de Aleixo Gonçalves (um dos líderes do movimento em certo período), servem para dar uma idéia do que ocorreu na região. "Aleixo encontrava-se envolvido também nas questões de posse de terras em Três Barras, onde há muito residia em São Bento, porém suas melhores terras, localizadas ao sul de Três Barras e na zona contestada, por ele registradas em cartórios catarinenses, tinham sido recentemente ocupadas pela família Pacheco, que as legalizou perante o estado do Paraná e logo as vendeu à Southern Brazil Lumber and Colonization Company." (QUEIROZ, 1981:166).

A atuação do poder estatal não se limitava à concessão de terras e ao reconhecimento de posses, tendo em vista a valorização econômica da região. A União realizava com empresas estrangeiras contratos de prestação de serviços em que, na maioria das vezes, visava a construção de estradas de ferro e o fortalecimento de sua política de colonização. Para tanto recebiam como pagamento o título de propriedade das terras devolutas na região em que atuavam. Além disso, era previsto em seus

contratos o direito de explorar a madeira existente nessas terras e posteriormente vendê-las para famílias de camponeses imigrantes.

Dentre as diversas ferrovias implantadas no sul do país, temos uma que tem especial contribuição ao objeto de nossos estudos, a estrada de ferro São Paulo-Rio Grande do Sul, cujo traçado corta, no sentido norte/sul a região do Contestado. "Criada no decreto nº 10.432 de 9 de novembro de 1889, concede privilégios, garantias de juros e terras devolutas, mediante autorização legislativa, para a construção uso e gozo de uma estrada de ferro, que, partindo das margens do Itararé, na Província de São Paulo vá terminar em Santa Maria da Bocca do Monte, na Província do Rio Grande do Sul, com diversos ramões." (THOMÉ,1980:37). E "O decreto nº 305 de 07 de abril de 1890, confirma o decreto imperial, com alterações nas cláusulas referentes à cessão gratuita das terras devolutas ao longo do eixo da linha (a concessão original previa 30km, tendo sido diminuída para 15km) e quanto ao prazo para a colonização da referida área obtida por cessão gratuita (a concessão original previa 15 anos, tendo sido dilatado para 50 anos)." (SILVA,1983:36).

Inicialmente é o engenheiro João Teixeira Soares, com a Companhia Chemins de Fer Sud Oest Brésilien, quem recebe a au-

torização para construir a estrada São Paulo-Rio Grande do Sul. Posteriormente esta empresa inicia o processo de venda das ações pertencentes à Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande do Sul, que foram adquiridas pela Brazil Railway Company(1). "Na época em que a Brazil Railway Company adquiriu o controle acionário da Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande do Sul, estava apenas construída a linha Itararé-Porto União da Vitória (divisa entre Paraná e Santa Catarina). Portanto a construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande do Sul, em território catarinense, foi fruto, exclusivo da administração do grupo Farquhar. A construção da estrada, trecho Porto-União - Rio Uruguay, ocorre entre 1906 e 1910, apesar de só em 1907 terem sido aprovados os projetos. O assentamento dos trilhos tem início em 1908. Aliás, quando a Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande do Sul, já sob o controle da 'Brazil Railway Company', em 1907, requereu ao governo federal maior prazo para a conclusão da linha Itararé-Rio Uruguay, obteve uma prorrogação de três anos, logo, necessariamente, deveria concluir os trabalhos em 1910." (SILVA,1983:37).

A partir do momento da instalação da 'Brazil Railway Company' no meio oeste catarinense, abre-se espaço para a entrada das outras empresas do grupo Farquhar (a Southern Brazil, Lumber and Colonization Company, por exemplo). Pelo contrato esta-

belecido com a construção da ferrovia, a empresa receberia a concessão de suas terras marginais. Tanto recebeu, que a então Southern Brazil-Lumber Company ou, como era vulgarmente conhecida, a 'Madereira Lumber' tinha como objetivo fazer a exploração da madeira nestas terras, agora pertencentes à companhia. Mas a ação da Southern Brasil-Lumber Company não parou por aí. Adquiriu grandes áreas de terras no oeste catarinense, como também, em outras regiões do estado (2). As terras eram compradas dos coronéis ou ainda provinham de concessões recebidas de Estado para explorar a madeira existente.

Em 1910 e 1911 a Brazil Railway através da Southern Brazil-Lumber and Colonization Company deu início ao processo de colonização do vale do Rio do Peixe e do Iguassu. Os terrenos eram vendidos à famílias de imigrantes estrangeiros ou descendentes de imigrantes, tendo em vista o projeto de colonização que fazia parte do contrato.

A região do Contestado nos anos de 1907 a 1912, tem reforçado seu potencial econômico, despontando com mais uma atividade altamente lucrativa - a exploração da madeira e posterior venda da terra. A propriedade da terra, bem como de suas riquezas, passa a ser o elemento que conduz a organização econômica, social e política da região.

A atuação das empresas que se estabeleceram na região vem somar no contexto das divergências políticas e interesses econômicos vividos a nível estadual e regional. O processo de institucionalização da propriedade privada da terra gerou sérios conflitos e verdadeiras transformações na organização social existente. "O coronel e o fazendeiro, ao mesmo tempo que mantinha com seus agregados consistente relacionamento, mesmo que sob a forma de uma relação de dominação, efetua uma série de alianças com o 'Grupo Estrangeiro' e com o poder estatal (através das oligarquias); as referidas alianças não eram compatíveis com o relacionamento que existia com os agregados. O resultado, em função destas mudanças e de outros componentes, como a valorização sucessiva da terra, consistirá essencialmente, no aumento impressionante do número de intrusos. E assim, ampliado o ciclo no qual temos: o fazendeiro não tem mais interesse em manter seus agregados e descendentes; os antigos agregados, aliados a outros posseiros, buscam terras para se estabelecerem; as terras sofrem vertiginosa valorização, em virtude de diversos fatores (aumento do número de posseiros, valorização da erva-mate e conseqüente não aceite por parte dos fazendeiros de agregados em número excessivo em suas terras, introdução do processo de colonização - especulação das terras); as terras mais procuradas por posseiros ficam situadas nas margens da estrada de ferro, a empresa estrangeira passa a

demarcar e medir as áreas de terras havidas por cessão gratuita em virtude da concessão da estrada de ferro ou por compra; expulsão contínua de intrusos das terras consideradas da empresa estrangeira, nova procura de terras por parte dos posseiros, aumento do número de intrusos em função dos trabalhadores da estrada de ferro que permanecem na região ou mesmo de imigrantes que se deslocam para a área." (SILVA, 1983:64).

As transformações vividas pela região, principalmente na primeira década deste século, trazem consigo modificações na organização social existente. O processo de trabalho, que até então se encontrava organizado sob a grande fazenda e na pequena produção, passa para uma produção em larga escala com a exploração da erva-mate e posteriormente com a indústria madeireira. As relações de trabalho sofrem mudanças e um novo tipo de trabalhador começou a fazer parte do dia-a-dia daquela população, o trabalhador da ferrovia e da madeireira.

Os trabalhadores da ferrovia eram estranhos àquela população. Foram contratados nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, para fazerem os trabalhos de assentamento dos trilhos da estrada de ferro. Diversos autores apresentam dados numéricos da grande quantidade de trabalhadores que veio para a região. No período de maior intensidade dos trabalhos da ferro-

via, entre 1908 e 1910; o contingente de trabalhadores chegou a 8.000. Em 1908 a construção atingia cerca de 4.000 trabalhadores, divididos em turmas que eram contratados por empreitadas. No início de 1909 a construção já atingia cerca de 5.600 trabalhadores, e, por volta de setembro, deste mesmo ano, chegava a 8.000 trabalhadores. Em fins de 1910 estava completa a estrada de ferro, e esse contingente de 8.000 trabalhadores foi simplesmente dispensado, sem que fossem levados de volta para suas cidades de origem. Permanecendo na região, foram trabalhar nas madeireiras ou se apossavam de terrenos às margens da ferrovia(3).

O peão, que até então era trabalhador caracteristicamente da fazenda, passa a ser empregado da indústria madeireira. A quantidade desses trabalhadores era expressiva. Por exemplo, em julho de 1912 cerca de 800 peões trabalhavam no corte e transporte de madeira para a serraria Southern Brazil-Lumber and Colonization Company, localizada em Três Barras(4).

Com as mudanças ocorridas no tipo de trabalhador, a própria estrutura social, abordada anteriormente, sofre alterações: o peão passa a ser o trabalhador da indústria madeireira e assalariado como tal. Os ex-trabalhadores da ferrovia, normalmente, vão trabalhar na indústria madeireira. Em alguns casos,

juntam-se com agregados e caboclos, compondo um novo grupo na estrutura social - o posseiro, ou, 'o intruso' (termo muito utilizado em literaturas da época ou em depoimentos de coronéis e fazendeiros). Agora a ocupação da terra não é mais um caminho livre, como na forma anteriormente conhecida de busca da terra e seu cultivo.

N O T A S

(1) Os estudos de Rosângela Cavallazzi da Silva, apresentam detalhadamente todo o histórico e referidas documentações das concessões efetuadas entre a União e as Companhias, nos diferentes trechos da estrada. Para a nossa pesquisa vamos nos deter apenas ao trecho que corta as terras catarinenses, mais especificamente, a partir de 1907 quando a Brazil Railway Company inicia a compra das ações da Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande do Sul, até assumir seu controle acionário total.

(2) São inúmeros os exemplos encontrados em que a empresa adquiria grande quantidade de terra e toda ela riquíssima em pinheiros (Araucária Brasileira) árvore nativa na região. "Esta Companhia adquiriu uma grande área de 220.000 hectares de terras cobertas de florestas de pinheiros (Araucárias Brasileiras), nas proximidades de Três Barras, na linha do Rio Iguassu, da São Paulo-Rio Grande do Sul, entre União da Vitória e o Porto de São Francisco e as terras de Morungava, perto de Jaguaryhyva, na mesma estrada." (SILVA, 1983:42).

"A Southern Brazil Lumber Company (...) veio adquirir um total de terras, escolhidas onde o pinheiro despontava em gran-

de escala, sendo 1.800 na região conhecida por Três Barras, entre União da Vitória e as cabeceiras do Rio do Peixe, e 931 em diversas áreas menores da região contestada (...)." (Nilson Thomé in: SILVA, 1983:42). Com as atividades na industrialização da madeira, foram construídas nas propriedades da 'Southern Brazil-Lumber Company' quatro serrarias, que com a sua produção atingiu a posição de maior complexo industrial madeireiro da América do Sul.

(3) Dados numéricos apresentados por Herculano G. Mathias. 'A Questão do Contestado' in: FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA E FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO, 1987:30.

(4) Dados numéricos in: QUEIROZ, 1981:47.

3.3- A Estrutura de Poder

É no período que compreende o final do século XIX e o início do século XX que praticamente se institucionaliza o coronelismo. Se reconhece a figura do 'coronel' enquanto elemento centralizador do poder. Como já fizemos referência anteriormente, o fenômeno do coronelismo no Brasil foi uma característica marcante na organização sócio política da primeira república. O coronelismo baseava-se na prática de favores entre as diferentes esferas políticas. O poder exercido pelo coronel na sua região era o ponto fundamental do coronelismo.

Esta prática era conhecida e aplicada em todos os níveis da organização política. Um dos momentos mais conhecidos, em nossa história, foi no período de Campos Salles, quando utiliza-se da então conhecida 'Política dos Governadores'. Trata-se de uma troca de favores entre governo federal e os estados, o que servia de sustentação a sua atuação. Nas esferas estaduais, o processo seguia o mesmo caminho, os governadores buscavam sustentação política junto aos chefes políticos locais - os coronéis.

O mecanismo desta política consistia na delegação de poderes ao coronel em sua região. Cargos públicos eram ocupados por indicados seus. Autoridades judiciais e policiais também passavam pela opinião do coronel. Outro aspecto importante é que os coronéis recebiam maiores facilidades na concessão de terras, na exploração de suas riquezas. Assim, todos os acontecimentos da região passavam, obrigatoriamente, pela definição do seu coronel. Desta forma, o coronel estabelecia um círculo de relações e dependentes em torno de si, conhecida como sua clientela.

Autores como José de Souza Martins caracterizam a figura do coronel e sua atuação desta forma: "O clientelismo político, a patronagem, tinha basicamente raízes na clientela econômica. Ao contrário da impressão geralmente difundida, os coronéis não eram exclusivamente grandes proprietários de terras. Além de serem geralmente grandes fazendeiros, eram geralmente também comerciantes que negociavam com os produtos agrícolas da região, comprando a produção dos sitiantes e dos moradores e agregados de sua área. Ao mesmo tempo, tinham estabelecimentos comerciais com tecidos, secos e molhados, ferramentas, etc. " (MARTINS, 1981:46-7).

O controle do coronel sobre sua região, era determinado

por esta teia de elementos materiais, políticos e sociais. São estes elementos que vêm dar efetiva sustentação ao poder dos coronéis e à estrutura de poder vigente.

Na região conhecida como área do contestado, o coronel é uma figura muito presente na estrutura social. Caracteristicamente, a maioria de seus coronéis eram fazendeiros, voltados à criação do gado e à coleta da erva-mate. Eram também grandes controladores da política municipal(1).

Esta identificação da estrutura coronelista e sua atuação de mandos e desmandos, com o intuito apenas de garantir seus interesses, se faz presente também nos documentos e relatos de oficiais do exército, em que se registra a forma como os coronéis agiam. Crivelário Marcial (1º tenente do exército - que participou da expedição ao Contestado) apresenta: "Os Amazonas Marcondes, em União da Vitória, os Arthur de Paula, nas beiras do Iguassu, os Fabrício Vieira de tradição afamada, os Juca Pimpão, em Palmas e inúmeros chefes e chefetes políticos das hostes paranaenses: os Thamaz Vieira em Canoinhas, os Chiquinho de Albuquerque em Curitiba, os Henrique Rupp em Campos Novos e outros das bandas catarinenses emparelhando aqueles, são todos coronéis da roça, mandões políticos uns e proprietários despóticos outros, em regra, preocupados com a dilatação de

suas terras e com o crescimento complicado dos bandos de seus animais." (MARCIAL,1920:11).

A estrutura social sertaneja e suas relações de poder inter-classe, fundamentada sob a ordem coronelista, é analisada por Duglas Teixeira Monteiro em dois momentos historicamente vividos pela população que habitava a região do Contestado. A sociedade sertaneja do início do século, era compreendida como 'aparentemente tranqüila', ou seja, as relações de compadrio habitualmente existentes entre o coronel e/ou fazendeiro e a família de seus agregados e camaradas, demonstrava um clima de segurança, tranqüilidade e de uma aparente igualdade. "(...) o agregado procurava para padrinho de seus filhos aquele cujas terras ocupava(...) Tendo sempre muitos filhos, podia também ligar-se com diversos chefes, grandes ou pequenos, (...)". (MONTEIRO,1974:58). A imagem que se tinha da vida na grande fazenda, era a de que se vivia como uma grande família.

Na análise desta aparente igualdade o autor apresenta o 'nivelamento social' e o 'trato igualitário' como a forma de se perceber o significado estratégico, historicamente adotado, no tratamento das desigualdades sociais. "O nivelamento social e o trato igualitário pressupõem uma consciência de indiferenciação, que nada tem a ver com os ideais de equivalência de seus

direitos. Ao contrário, a camada dominante reconhece desigualdades inatas, diferenças psicológicas, intelectuais e biológicas - fatores decisivos para a definição do curso da vida de cada sujeito. Dominadores e dominados, no entanto, apesar de diferentes, são potencialmente iguais e se reconhecem como pessoas. No ajustamento entre eles, a dominação pessoal mobilizava basicamente os atributos indispensáveis para participar de uma associação moral. Fidelidade, pressupõem discernimento entre o bem e o mal, capacidade de aprovar ou rejeitar a conduta do outro (...). Lealdade, inclui reconhecimento do benefício recebido, o sentimento de gratidão(...). E o imperativo de sua retribuição equivalente. A autonomia só se concretiza por que entre fazendeiros e seus dependentes subsistiu o padrão de relações baseado no reconhecimento do outro como semelhante, como pessoa." (MONTEIRO, 1974:38-9).

A contradição entre estas 'associações morais' e os interesses tomam forma concreta quando o coronel ou o fazendeiro não conseguem mais conciliar os compromissos pessoais com a sua clientela ou 'sua gente' e a realização de seus interesses econômicos: "(...) diante da necessidade de expandir seu empreendimento (o fazendeiro) nunca hesitou em expulsá-los (os agregados e camaradas) de suas terras." (MONTEIRO, 1974:38). Estas expulsões são a expressão concreta da forma de violência exis-

tente e que estava escondida sob uma falsa consciência niveladora assegurada através de sua subordinação social. Este tipo de violência ocorre num período em que os homens se compreendem iguais ou potencialmente iguais. As relações sociais estão calcadas sob vínculos pessoais, afetivos e de proximidade. "As bases da violência costumeira são analisadas da perspectiva das exigências de uma autonomia relativa de que se beneficiavam tanto os dominadores como os dominados. Uma certa homogeneidade e indiferenciação cultural, bem como as exigências de um gênero de vida que não era compatível com o controle direto dos subordinados e, finalmente a relativa disponibilidade de terras tornam essa autonomia uma condição necessária. A consciência de nivelamento constituía a expressão ideológica que encobria a existência, na sociedade sertaneja, duas faces contraditórias e complementares - 'a face do interesse' e a das 'associações morais'. Autonomia e subordinação não se contradizem em suas formas aparentes, já que as relações envolvidas transcorrem conforme o princípio do tratamento entre desiguais como pessoas." (MONTEIRO, 1974:210).

A estrutura social coronelista passa a sofrer algumas alterações com as mudanças político-administrativas ocorridas a partir dos novos direcionamentos econômicos assumidos pelo Estado. "Os Chefes locais tornaram-se progressivamente, apenas

peões, ou, na melhor das hipóteses, sócios menores em jogadas que ultrapassavam de muito o âmbito local e o circuito dos vínculos concretos que mantinham com suas clientelas. Clientelismo e familismo entram em crise. (...) a fase do mando incontestável dos régulos locais, paternalistas, violentos e discricionários, começava a encontrar seus limites. Para o chefe local somente restavam duas alternativas: modernizar-se e, desse modo, romper com seus compromissos clientelísticos ou reformulá-los." (MONTEIRO, 1974:209-10).

Os coronéis, que possuíam o poder total sobre o que acontecia na região, têm sua ação cada vez mais diminuída e controlada. Segundo Duglas Teixeira Monteiro a alteração sofrida no processo de organização do poder, foi modificada pelas novas forças políticas e econômicas que penetraram na região. Estas forças, trazem consigo, novas formas de relações sociais.

Para os mais diversos autores, é a partir dos primeiros trabalhos do grupo Farquhar que se dão as principais mudanças econômico-sociais. Inicialmente, as atividades se concentraram nos trabalhos de construção da ferrovia, compreendendo o período entre 1908 a 1910. "Em 1908, o engenheiro norte-americano Achilles Stengel, nomeado superintendente dos trabalhos de construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande do Sul,

montou acampamento em Calmon, em plena zona contestada, e ali pôs em funcionamento o escritório central da obra (...).” (QUEIROZ,1981:69). “Sob a direção de Achilles Stengel, levou dois anos a construção da ferrovia entre o Iguassu e o Rio Uruguai, ou de União da Vitória a Marcelino Ramos, atravessando do norte para o sul a zona contestada e percorrendo todo o fértil vale do Rio do Peixe. (...)A princípio, foram empregados quatro mil trabalhadores; porém, com a marcha os trabalhos, o seu número atingiu a cerca de oito mil. Eram contratados no Rio e em Pernambuco.” (QUEIROZ,1981:71).

Com o término dos trabalhos de construção da ferrovia foi dada continuidade ao projeto econômico, que tinha incluído em seu contrato a exploração da madeira e a posterior colonização destas terras. Assim a Brazil Railway criou uma nova companhia a ela subordinada, a Southern Brazil ~~Lumber~~ and Colonization Company. “Logo no início, esta comprou 180 mil hectares ao sul dos rios Negro e Iguassu, próximo de Canoinhas,...). Estabeleceu ainda uma série de contratos com diversos fazendeiros, através dos quais estes cediam à empresa os pinheiros e as madeiras de lei que havia em suas terras(...). A Lumber montou uma grande serraria em Três Barras e uma outra em Calmon, à margem da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande do Sul.” (QUEIROZ,1981:73-4).

A Lumber torna-se então a maior indústria da América do Sul, fazendo com que os antigos engenhos de serrar madeira, existentes na região, não resistissem à concorrência e fechassem. Após a retirada da madeira, a Lumber começa a lotear os terrenos, vendendo-os para famílias de colonos estrangeiros atraídos pela política de colonização existente. A atuação das diferentes empresas pertencentes ao grupo Farquhar na região introduz a mais nova forma de expressão do capital e do trabalho existente, e desconhecida até então pelos seus habitantes. A exemplo da forma avançada de capital temos a instalação de várias empresas, pertencentes a um único grupo econômico.

As relações sociais de produção são modificadas, os trabalhadores habituados à estrutura da fazenda (com o gado, a lavoura e a coleta de erva-mate) ou ainda, o caboclo com sua 'rocinha', vêm-se às voltas com um processo de trabalho completamente desconhecido, pela implantação de novas formas de administrar o processo de trabalho.

Outro aspecto a ser considerado é que, a nível das relações sociais, os habitantes desta região participavam de uma estrutura social em que eram valorizados os vínculos pessoais. Agora passam a fazer parte de uma estrutura caracterizada pela impessoalidade, a relação fria e anônima expressa entre

empresa e operário. O trabalhador passa a ser controlado por alguns chefes, o trabalho passa a ser pago sob a forma de salário e é a empresa quem detém o absoluto controle sobre todo o processo de produção e o produto final.

Na região do Contestado, a partir deste momento, o trabalho assalariado passa a ser o principal elemento aglutinador da força de trabalho. "Em julho de 1.912, por exemplo, cerca de 800 peões trabalhavam no corte e transporte de madeira para a serraria que a Southern Brazil Lumber and Colonization Company havia montado em Três Barras. Ganhavam quatro mil-réis diariamente, mas tinham que comprar num grande armazém que fornecia ao pessoal da empresa os mantimentos de que tinham necessidade. Cada trabalhador sofria o desconto mensal de dois mil-réis a título de 'Taxa Sanitária'; entretanto, um repórter de Curitiba que foi ao local, a convite da companhia, não pode deixar de referir-se a casos de tifo. Observou a existência de alagadiços próximos à moradia dos peões e notou que a localidade não possuía serviços de água e esgotos. Eram os peões fiscalizados por uma polícia particular da empresa estrangeira." (Jornal Diário da Tarde, 8-7-1912. In: QUEIROZ, 1981:47).

Neste contexto, podemos considerar que a atuação tanto da Brazil Railway como também da Southern Lumber na região, de-

terminaram o surgimento de novas formas de controle, de violência e de repressão, não conhecidas até então. Autores como Maurício Vinhas de Queiroz e Oswaldo R. Cabral, citam depoimentos que fazem referências a manifestações de trabalhadores contra a falta de pagamento de seus salários e se tinha como resultado "(...) cadáveres boiando nas margens do rio do Peixe, ou então, os cadáveres ficavam sob os aterros da linha férrea." (QUEIROZ, 1981:71).

A forma da empresa organizar o processo de trabalho demonstra controle exercido sobre os trabalhadores. Agora estão divididos em grupos e sob as ordens de um chefe; são controlados por um grupo de segurança, destinado a manter a ordem na empresa; a forma de pagamento dos salários vinculados às compras em seus estabelecimentos; descontos a título de benefícios que não eram oferecidos, são alguns exemplos dos procedimentos adotados.

Esta nova forma do trabalhador ser conduzido no processo de trabalho, é definida por Douglas Teixeira Monteiro como 'Violência Inovadora', pois o trabalhador tem como expressão concreta as empresas ali instaladas, e, a atuação de sua 'guarda de segurança particular'. Além disso teve que aprender a conviver com um novo elemento - o desemprego.

Com o término da ferrovia , milhares de trabalhadores foram simplesmente dispensados, sem condições de retorno às suas cidades de origem. Este 'estado de abandono' foi identificado até mesmo por membros do exército que participaram das expedições ao Contestado. O General Setembrino de Carvalho, menciona: "Terminada a construção e por uma deslealdade dos empreiteiros, comumente praticada com esses homens desprotegidos, foram os trabalhadores abandonados nos sítios em que se achavam as turmas a que pertenciam". (Setembrino de Carvalho In: QUEIROZ, 1981:72). "Acredita Setembrino que esses antigos trabalhadores, misturando-se à população do Contestado, constituíram o fermento de graves acontecimentos posteriores." (QUEIROZ, 1981:72).

Duglas Teixeira Monteiro aponta ainda como mais um componente da violência inovadora a expulsão dos considerados intrusos. A prática de expulsão dos intrusos ou posseiros das áreas concedidas para as empresas do grupo Farquhar e seus projetos econômicos dá origem na região a um grupo que não tem para onde ir, ou como se refere o autor a produção de 'uma numerosa massa marginalizada'.

Maurício Vinhas de Queiroz intitula de 'ano amargo' o ano de 1911, pois este foi marcado pelas primeiras expulsões de

posseiros que ocupavam a então faixa de terras concedida à estrada de ferro São Paulo-Rio Grande do Sul. O autor levanta questionamento quanto à legitimidade da Lei agrária de 1850, que regulamentava a aquisição de terras devolutas mediante a compra. Neste sentido, esta mesma lei não foi respeitada quando se tratava de acordos estabelecidos entre os Estados e as empresas pertencentes ao grupo Farquhar. "Em novembro de 1911 a companhia publicava um edital em que dizia: este faz saber a todos que é expressamente proibido invadir ou ocupar terrenos pertencentes à Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande do Sul, situados em ambas as margens do rio do Peixe e em outras localidades onde, por concessão estadual, a Companhia Estrada de Ferro possui terras que já foram ou estão sendo medidas e demarcadas por ela." (Jornal O Palmense/Palmas 5-11-1911. In: QUEIROZ, 1981:73).

O autor apresenta ainda: "Contra os posseiros que se recusavam a retirar-se dessas extensões, Achilles Stengel enviava o corpo de segurança da empresa, composto então de duzentos homens e cujo comando fora entregue a um antigo oficial da força pública do Paraná, de nome Palhares." E, "A empresa ganhou na justiça local dezenas de ações contra os que pretendiam valer-se, diante de seus pretensos direitos, do usucapião. Uma onda de horror varreu todo o território." (QUEIROZ, 1981:73).

Pode-se compreender porque, através destas atitudes, se estabeleceu um clima de incertezas e insegurança aos pequenos e médios proprietários, pois, outras terras seriam alvo de ocupações. Os chefes locais, por sua vez, vêem-se destituídos de seus antigos poderes e obrigados a romperem com seus compromissos morais, em troca da racionalidade dos interesses econômicos. Assim os coronéis também se envolvem nesta prática de interesses, aliando-se às forças econômicas que estavam surgindo. Em várias situações encontramos diversos coronéis envolvidos com negociações de terras, ou ainda, ajudando na defesa dos interesses das empresas ali estabelecidas. Instala-se uma prática de negociações, que Maurício Vinhas de Queiroz denomina de 'bendegós', termo muito utilizado antigamente no sertão brasileiro para designar negócios de terras realizados entre o Estado, empresas estrangeiras e coronéis. Assim, grandes quantidades de terras eram compradas dos Estados por preços irrisórios e depois de expulsos os seus posseiros, eram vendidos para fins de colonização. "Além da Lumber, outras empresas estrangeiras dedicavam-se à especulação de terras e à venda de lotes coloniais em determinados trechos. Tais eram a Companhia Colonizadora Hansa, a Piccoli e Hacher, sendo que esta última atuava sob o nome de Sociedade Territorial Sul-Brasileira." (QUEIROZ, 1981:75).

Tornou-se comum então encontrar os coronéis aliados às empresas, participando da expulsão de posseiros. Ainda os mesmos passaram a reforçar seus próprios grupos de capatazes e, em algumas situações, assinavam juntamente com representantes das empresas, os editais de advertência aos intrusos, proibindo a ocupação das terras. "O coronel Henrique Rupp, adversário político de Albuquerque, aparece em certa altura assinando, como preposto da Brazil Railway, um edital de advertência a intrusos." (MONTEIRO, 1974:46).

É a partir desse momento que algumas agressões passam a ser dirigidas a certos coronéis, compreendidos então, não mais como seus compadres, mas como mais um inimigo que está a serviço do Estado e da empresa que os espoliava. A expressão clara deste sentimento pode ser identificada em várias ocasiões. No período efetivo dos conflitos, os coronéis reconheciam nos ataques às suas fazendas, ex-camaradas de sua confiança. É a expressão das mudanças ocorridas, em que os compromissos morais deixaram de existir entre os coronéis e sua antiga clientela, ou seja, " (...) a consciência de nivelamento tende a romper-se e o lado cru das relações de dominação começa a evidenciar-se de modo claro." (MONTEIRO, 1974:211).

Em última análise, a relação de dominação anterior que era

de aparente igualdade, sofre uma transformação tão grande, que faz vir à tona as reais relações de dominação existentes. "(...) não se trata mais de conflitos entre iguais ou de potencialmente iguais, mas do embate sangrento entre dois mundos cujas ordenações antagônicas são às vezes claramente discerníveis, completando-se essa oposição, mais tarde, na polarização aguda entre fiéis e mundo secular." (MONTEIRO, 1974:49). Mais do que uma relação de conflitos e violências, surge uma relação criadora de uma nova realidade. Uma realidade que vai se evidenciando cada vez mais em dois mundos radicalmente diferentes. Numa realidade que produz um novo homem e um novo tipo de trabalhador, o homem do Contestado.

N O T A S

(1) Podemos citar alguns dos coronéis que mais se sobressaíam pelas suas atividades: Coronel Francisco de Albuquerque - grande fazendeiro, eleito superintendente de Curitiba, apoiado pelo Coronel Vidal Ramos, então no Governo Estadual. Desenvolvia ainda a atividade de comerciante;

Coronel Henrique Rupp - proprietário de terras na região de Campos Novos;

Coronel Henrique Rupp Júnior - promotor do município de Curitiba. Jovem de idéias liberais que no início do movimento esteve ao lado das famílias que iniciaram o movimento. Exercia oposição política ao coronel Francisco de Albuquerque;

Coronel Juca Pimpão - grande fazendeiro em Irani;

Coronel Thomaz Vieira - chefe político de Canoinhas, além de fazendeiro explorava e comercializava erva-mate;

Coronel Fabrício Antonio Vieira - grande proprietário de terras em Canoinhas;

Coronel Amazonas Marcondes - proprietário de terras em União da Vitória, comerciante e explorava a navegação fluvial do rio Iguassu.

4 - O HOMEM DO CONTESTADO

O presente estudo procurou desvendar aspectos essenciais na produção e constituição histórica do homem do Contestado. Este capítulo apresenta as determinações essenciais de sua produção histórica, encontrados na base material da produção do homem do Contestado. Com base nestas determinações, apresenta as contribuições e limites das explicações do movimento, que tendem a defini-lo como um 'movimento messiânico' ou como um 'movimento religioso de protesto social' ou ainda à 'luta de classes'.

4.1 - A Base Material na Produção do Novo Grupo Social

As condições histórico-sociais vividas pelo homem do Contestado produzem alterações na estrutura social existente e fundam a definição de um novo grupo social. Estas condições vão se pondo concretamente através das mudanças ocorridas nas relações de produção, desde o final do século passado até a primeira década deste século.

As novas formas de produzir, estimuladas pela penetração do capital estrangeiro na região do Contestado, entram em confronto direto com as formas já existentes. Este fato provocou uma valorização econômica da área e um crescente estímulo à ocupação. Suas riquezas naturais, principalmente a madeira e a erva-mate, passam a ser o centro dos interesses.

A estrutura social da região do Contestado era organizada sob a ordem dos coronéis, que detinham o controle econômico e o poder político. As relações de poder giravam em torno do coronel e seus apadrinhados.

As relações de trabalho, que eram organizadas sob a estru-

tura de valores morais e pessoais, são modificadas por relações de trabalho mais modernas, caracterizadas pela impessoalidade. O processo de produção, organizado sob o princípio da produção capitalista, tem na atividade econômica da região um grande impulso. A construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande, seu projeto de exploração das riquezas do solo e posterior colonização, a instalação da indústria madeireira e a atuação de outras empresas colonizadoras estimulam a ocupação da área. A propriedade daquelas terras passa a ter um grande valor e ser condição para obter qualquer tipo de produção.

Esta busca pela propriedade das terras e de suas riquezas, fez autores como Maurício Vinhas de Queiroz e Duglas Teixeira Monteiro denominarem o ano de 1911, como 'ano amargo'. Este período foi marcado pelas primeiras expulsões de posseiros estabelecidos na região. Eles apontam como resultado a produção de uma 'Massa Marginalizada' que não tem para onde ir.

Com a aparecimento do terceiro monge, em 1912, muitos destes expulsos começaram a segui-lo. Como abordamos no primeiro capítulo, os monges faziam pregações apocalípticas, falavam de períodos difíceis, com fome e catástrofes. E apresentavam a monarquia como a verdadeira lei ou a 'lei de Deus'. Para grande maioria daqueles sertanejos que ouviam as pregações, as suas ex-

periências concretas indicavam que os tempos ruins já haviam chegado. Chegaram juntamente com a República, a ferrovia, os colonizadores estrangeiros e a mudança de atitude de seus 'compadres' coronéis; que agora, também, os expulsavam de suas fazendas.

Desde o período em que aconteceu a formação do grupo em torno do monge, o acontecimento de sua morte em Irani e a conseqüente dispersão do grupo, até o início do reagrupamento dos adeptos do monge, na 'Cidade Santa' de Taquaruçu, em 1913, as condições sociais não se modificaram. Ao contrário, eram cada vez mais agravadas por expulsões de posseiros. Outro grupo, que não pertencia à região mas, vem engrossar ou aderir ao movimento, são os trabalhadores da Estrada de Ferro de São Francisco. Segundo J.O.Pinto Soares, "Em 1914, por se terem paralisado os trabalhos da Estrada de Ferro de São Francisco, foram dispensados mais de mil empregados, estrangeiros e nacionais, que em sua grande maioria, pela falta de trabalho, aderiram à revolução." (1931:volII,104).

A criação de Taquaruçu e a suposta 'declaração de monarquia' na cidade, desencadeia um processo de luta nunca vivido anteriormente pela população que habitava na região do Contestado.

A busca pelas 'Cidades Santas' ou redutos por milhares de trabalhadores espoliados de suas terras, de seu emprego, de seus direitos e segurança, fez com que em determinados momentos desta luta o exército considerasse que cerca de 10.000 pessoas estavam envolvidas em conflito direto na área conflagrada.

A situação de opressão vivida, representada concretamente pela privação de seus bens e direitos, provocou uma reação contra aquele 'progresso', cuja única coisa que fez foi levá-los à miséria. Famílias inteiras lutavam contra a República, ou seja, os representantes daquele Estado que os rejeitava.

Nos relatórios de membros do exército, aparecem dois bilhetes dos sertanejos, que expressam esta sua percepção: "Nois não tem direito de terras tudo é para as gentes da Oropa." (d'ASSUMPÇÃO, 1917:245). E "O governo da República toca os filhos brasileiros dos terreno que pertence a nação e vende para os estrangeiro, nois agora estemo disposto a fase prevalecer os nosso direito." (d'ASSUMPÇÃO, 1917:246).

Esta análise sobre a situação vivida pelo sertanejo, também é feita por alguns oficiais do exército que participaram de expedições ao Contestado, no período da luta armada. Assim descreve Crivelário Marcial: "Os patrícios ignorantes ouviam falar

melhor da monarchia que da república. Esta nunca os acariciara e aquella sempre fôra uma lei pregada como boa pelos monges. A idea monarchica, desde a mysteriosa existência de João Maria que propagava como a 'lei de Deus'; o esquecimento da República de amparar os rudes sertanejos e relacionar-se melhor com elles; as sucessivas expedições aguerridas enviadas contra os mesmos; a penetração das linhas da São Paulo-Rio Grande com o direito às margens devolutas do seu curso; a colonização abrupta de certas regiões com elementos estrangeiros, sendo privados da continuação nestes pontos os antigos moradores; o modo incorreto de alguns encarregados dos núcleos colonais, como a colônia estabelecida na estação de Rio da Antas, para promoverem a retirada dos posseiros antigos, tudo levou aquella gente a convicção de que era espoliada pelo governo e, portanto, deveria se tornar inimiga da República." (1920:73-4).

Outro membro do exército sensibilizado pela causa sertaneja, era o Capitão Mattos Costa. Este visitou vários redutos, na tentativa de conhecer mais de perto aquelas pessoas que lá se reuniam. Em declarações feitas para a imprensa de Curitiba em junho de 1914 diz: "Os jagunços queixam-se de que o coronel Artur de Paula e outros chefes políticos lhes tomaram as terras que habitavam e agora lhes impedem de recorrer às terras devolutas do governo, por se terem appossado dellas pessoas conhecidas e

que têm facilidade de obter dos governos, grandes territórios nos dois Estados." (MARCIAL, 1920:229-30).

Também nos relatos de sua expedição, General Setembrino descreve como é surpreendente e, ao mesmo tempo, compreensível o que encontra ali em meio àquela exuberante região. "Fácil era calcular-se o verdadeiro estado de exaltação popular em uma zona que, além de Contestada por dois Estados, escondia no âmago escuro de bravias e inexploradas florestas cripadas de montanhas intransitáveis e de socavões, o fanatismo, o banditismo, o desespero, a reação contra a invasão da propriedade e a politicagem desregrada, tudo irmanado sob o único rótulo de fanatismo." (MARCIAL, 1920:297).

As identificações feitas pelos membros do exército aqui citados, se constituem a forma de expressão apresentada pelos sertanejos, sobre sua verdadeira condição histórica. O rótulo de 'fanáticos' utilizado para designar os participantes do movimento não representa a totalidade de sua constituição. Pois, além da crença na mensagem de igualdade e de conquista de um mundo melhor, pregada pelos monges, a grande maioria daqueles homens estiveram sob condições materiais concretas de opressão; e vislumbram como única saída possível a adesão ao movimento. Em última instância, lutavam contra seus verdadeiros inimigos.

4.2 - Contribuições e Limites das Interpretações dadas ao Movimento

De uma forma geral a grande maioria dos autores pesquisados compreendem que o movimento tenha passado por dois períodos diferentes. O primeiro período é considerado de efetiva característica religiosa, compreende desde o período das pregações do último monge e sua morte até ao primeiro ataque à Cidade Santa de Taquaruçu. Deste momento em diante o grupo passa para uma segunda fase, que corresponde ao período de confronto com o exército. A partir deste momento a religião assume a função aglutinadora e organizadora dos sertanejos. É através da religião que são encontradas as formas de definir os caminhos a serem seguidos.

A grande maioria dos autores estudados faz esta divisão de períodos dentro do próprio movimento, o que difere são as várias explicações dadas. Dentre as correntes explicativas, já apresentadas anteriormente, temos autores que identificam o Movimento do Contestado como um movimento messiânico, outros como um movimento religioso de protesto social e uma terceira como a expressão da luta de classes.

Na concepção messiânica, apesar das diferenças entre os próprios autores, o movimento do Contestado se constituiu em última instância, na busca da salvação pela recusa do mundo e da ideologia dominante, ou seja, a busca pela 'Terra Prometida'. Os autores compreendem o movimento do Contestado como um processo que oscila entre a alienação e a desalienação de seus participantes. Os momentos de alienação da realidade são compreendidos pela crença no monge e na sua volta, na conquista de um mundo novo e sagrado. A desalienação ocorre nos momentos de confronto com o exército, onde apresentavam as reivindicações voltadas aos seus interesses e necessidades.

Mesmo tomando a base material como determinação da produção deste grupo social, não é possível negar a sua concepção religiosa. Mas o que compreendemos, também, é que a concepção religiosa assumida é resultado das representações e práticas constituídas através da única forma que conheciam para explicar o mundo. Através da religião encontravam a possibilidade de fazer a síntese de suas produções. O aspecto religioso não nega o real, mas atua sobre ele, dando um sentido de totalidade.

A concepção religiosa que permeou todo o movimento, somente teve condições de se manter, porque foi construída por componentes sociais concretos. Portanto, sua representação está

vinculada à situação concreta daqueles homens.

Na concepção de Pedro A. Ribeiro de Oliveira o movimento do Contestado se constituiu em um movimento religioso com a caracterização de um protesto social. Segundo o autor, o aspecto religioso se estabelece dentro dos moldes do catolicismo popular. Suas produções não surgem do nada, mas são práticas abstraídas a partir de suas representações reais, ou seja, não estão guiadas por um 'imaginário popular', como é compreendido na concepção messiânica.

As práticas religiosas populares, estão calcadas em condições sociais determinantes, constituindo uma representação simbólica da situação social.

O que ocorre é que a interpretação do 'todo' e dos resultados obtidos pela atuação do grupo é atribuída a elementos que não são explicáveis naturalmente e sim à intervenção de forças sobrenaturais ou superiores. "Dado o fraco desenvolvimento de suas forças produtivas, e portanto a estreiteza das relações sociais e dadas relações entre homens e natureza, o grupo só consegue conceber seu trabalho sobre suas condições sociais e materiais de existência como um trabalho que lhe é superior, e que só pode ser feito por alguma forma sobrenatural." (OLIVEI-

RA, 1985:126). É através deste 'simbolismo religioso' que o grupo vai encontrar os meios para agir sobre suas próprias condições. A religião não é apenas uma forma de representação do real, mas oferece a base intelectual e racional capaz de conduzir sua prática social. A nova religião passa a ser uma forma de expressão das suas necessidades e interesses.

A religião assume o caráter de protesto social motivada pelas mudanças ocorridas na estrutura social. As modificações nas relações sociais, decorrentes da implantação do capitalismo agrário, desencadeia uma crise nas relações de poder. A não aceitação da nova ordem leva o campesinato a revolta e a buscar como saída o passado idealizado como bom.

Oliveira considera que estes movimentos estão calcados sobre a base social real. E se constituem numa reação da classe camponesa, frente ao que se estabelecia. No entanto, compreende, também, que o grupo projeta como saída a volta ao passado. Portanto, para ele o movimento é uma busca do passado bom, em que o sistema de compadrio estabelecia uma relação de dominação-proteção.

Para Oliveira é pela negação da ordem estabelecida que é criada uma nova religião caracterizada pela contestação. A bus-

ca de um passado idealizado ocorre através da monarquia. O movimento do Contestado se constitui, nesta perspectiva em num movimento religioso de contestação social. O que não representa uma luta de classes, no sentido da superação. Mas, na única forma de expressão da sua condição social.

Mesmo concordando que o movimento do Contestado foi motivado pelas mudanças sofridas na estrutura social, e, a religião se constituir no único universo simbólico conhecido pelo sertanejo, não identificamos em nossas análises, que o movimento tivesse o objetivo de voltar ao passado. A monarquia idealizada corresponde ao período em que tinham acesso a terra e suas posses eram respeitadas enquanto tal. E o que se implantou nas 'Cidades Santas' foi uma forma de organização comunitária.

O que o sertanejo procurava não era a volta da dominação porque lá era protegido. O sertanejo identifica contra quem deve lutar. Os novos componentes da estrutura social, tais como a monopolização das atividades econômicas entre o grupo Farquhar e os coronéis, a entrada dos colonos estrangeiros na região, o não acesso à propriedade, as expulsões provocadas pela indústria madeireira e os coronéis, é que determina a reação daqueles homens frente ao que se estabelecia.

Já autores como José de Souza Martins e Rui Facó, compreendem o movimento do Contestado como a expressão da luta de classes. O interesse pela propriedade da terra provoca um confronto naquela região, de um lado os coronéis e as empresas e, de outro, o campesinato. Este processo de luta revela, em sua essência, a resistência da classe campesina frente ao coronelismo.

Para estes autores o campesinato que viveu o movimento do Contestado, encontra sob a forma religiosa, a maneira de se libertar da situação de opressão. É sob a forma de 'Guerra Santa' e a concepção de 'Monarquia' que foi construído o marco ideológico para a efetiva luta de classes. O movimento do Contestado explicita em sua essência a recusa da estrutura social produzida pelo modo de produção capitalista, e, busca a sua superação.

Na análise sobre as condições histórico-sociais que permearam o movimento e a constituição deste 'campesinato', nos deparamos com um grupo social composto por uma complexidade de participantes. O que nos leva a questionar sobre a possibilidade de compreendê-los como pertencentes a uma única classe social e que lutava apenas pela propriedade da terra. O grupo apresenta em sua composição fazendeiros, comerciantes, sitiantes, caboclos, agregados, peões, ex-trabalhadores da ferrovia e posseiros expulsos de suas terras.

O que identificamos foi a união de homens que compartilhavam dos mesmos objetivos. Estes homens queriam justiça e leis que fossem observadas efetivamente. Não era uma nova sociedade em termos de oposição ao capital e ao comércio, embora subjetivamente isto pudesse ser percebido como 'novo'. Mas, objetivamente o que se busca é a restauração da ordem, a observância das leis, o respeito a seus direitos de trabalho e à cidadania.

Se levarmos em consideração a heterogeniedade da formação do grupo e sua forma de expressão enquanto tal, o movimento representou uma possibilidade de buscar seu lugar na nova configuração que tomava as relações sociais de produção capitalista. A união de homens definidos objetivamente iguais é que se constituiu na determinação do novo grupo social. Neste sentido, não podemos compreender o movimento do Contestado como uma luta de classes sociais.

4.3 - O Homem do Contestado Produzindo sua Nova Identidade

Ao analisarmos o Movimento do Contestado, podemos perceber que o processo de formação do grupo esteve calcado na busca de objetivos comuns. Os mesmos ideais, construídos a partir de uma mesma realidade concreta, exige de cada participante do grupo uma nova forma de agir. A organização da vida em comum apresenta como interesse a reafirmação dos seus direitos perdidos. E, é pela interpretação religiosa que estabelecem as bases para a formação do grupo.

A forma religiosa da luta, não deixa em segundo plano os interesses e necessidades imediatas. Ao contrário, é através da religião que expressam seu real. Pois, "Tendo em vista a pobreza - em todos os sentidos - reinante, a religião é o único apá-nágio do sertanejo: frente à insegurança e à violência do cotidiano, ela traz a proteção das forças sagradas; frente a impossibilidade de articular respostas coerentes e abrangentes às contradições vividas, ela apresenta um conjunto de certezas fundamentais. Face a um contexto histórico que procura negar até o estatuto de homem ao sertanejo, a práxis religiosa lhe garante a possibilidade de construir sua própria identidade - pela reli-

gião ele criava novos conhecimentos, capazes de significar o seu dia-a-dia." (AURAS, 1984:48-9).

Portanto, a luta pelos seus direitos e pelo reconhecimento enquanto cidadãos não é um objetivo que se localiza, única e exclusivamente, em homens cujas origens sociais são menos favorecidas. A heterogeneidade da composição do grupo que viveu o movimento do Contestado, demonstra concretamente isso. Eram membros deste grupo: fazendeiros e comerciantes, isto é, pessoas que tinham posses de terras e bens; pequenos proprietários e posseiros, que detinham o domínio sobre uma pequena propriedade; os trabalhadores das madeireiras e das ferrovias, desempregados.

Encontramos, por exemplo, líderes que eram proprietários de terras e se dedicavam à agroindústria, como Eusébio Ferreira dos Santos, Francisco Pais de Farias; fazendeiro, como Elias de Moraes; proprietário de terras e comerciante, como Aleixo Gonçalves; ex-chefe escolar e adjunto de promotor público, como é o caso de Antonio Tavares Junior; fotógrafo amador, como Henrique Wolland; filho de agregados e peão, como por exemplo Adeodato.

Muito mais que a identificação de origens sociais, o que percebemos foi a união de homens que viveram as mesmas condições histórico-sociais. Homens que passaram por experiências

semelhantes e compartilharam dos mesmos ideais. Estas condições determinam a formação de um novo grupo social baseado na identidade de interesses. A consolidação desta nova identidade acontece a partir do momento em que os sertanejos reivindicam direitos comuns a todos, sem distinção de grupos ou pessoas. Pediam justiça para todas as famílias, o direito de serem tratados como verdadeiros cidadãos brasileiros e terem assegurados os meios de trabalho, isto para todos que viviam na 'Cidades Santas' ou redutos.

A expressão dos interesses do grupo, estão contidos nos diversos depoimentos dos sertanejos, já citados em capítulos anteriores; e nas correspondências trocadas entre representantes do exército e líderes do movimento, na tentativa de negociação da paz. As cartas enviadas por Antonio Tavares Junior, registram os motivos que os levaram à aderir ao movimento. Os sertanejos apontam como solução dos problemas a 'solução ou definição dos limites estaduais'. Ao apontarem a questão dos limites estaduais, reapresentam a necessidade preeminente da definição de outro problema que é do interesse de todos - a definição da propriedade daquelas terras.

Como já nos referimos anteriormente, o território reivindicado pelos dois Estados servia de aparato político aos coronéis

e seus representantes. A indefinição dos limites gera o conflito da terra que, em princípio, é de todos e, legalmente, de ninguém. Nestas condições, uma mesma propriedade chegava a ter 2 ou 3 donos, com registros em cartórios diferentes. Em outras situações, a mesma terra era recebida, em concessão por diferentes coronéis.

Na carta datada de 18 de dezembro de 1914, Antonio Tavares Junior, apresenta:

"Ilmo Sr. Major Taurino Rezende. Respeitosas saudações:

Penhorados agradecemos a lhaneza de V.Ex, e a philantropia que manifesta, o que para nós foi surpresa, pois de um official como V.E., que muito ennobrece e realça o Exercito Brasileiro, já pelo impolluto carater que o distingue, já pela fidalga educação que possui, outra coisa não podíamos esperar. Não acceitamos, todavia, o epitheto de 'campanha inglória' como V.Ex baptisa, pois nós nos debatemos dentro dos limites dum programma, o qual nós todos observamos com a maior lisura. A causa que defendemos é uma causa sacro-santa, mas que infelizmente até hoje tem sido descurada pela negligencia dos governadores do meu pobre Estado (Santa Catarina), e que é a apodrecida questão de limites.

Só um lemma e esse é: execução da sentença ou morte!

São, illustrissimo senhor, dez mil familias que sentem ignoradas por esta conspiração vexatória do direito da lei e justiça, feito exclusivamente para

fazer capricho sem razão de ser, de meia dúzia de politiqueiros e acolitada por sêde insaciavel dos nossos vizinhos. São dez mil familias que choram o longinquo bem estar de suas residencias; são dez mil familias enfim que preferem holocausto a suplantarem a ambição desmedida e perfida do sequioso Paraná. Foi, pois, impressionado por este brado de desespero e de justiça que corri ás armas para, ao protesto expontaneo e unanime deste povo bem digno de chamar-se brasileiro, juntar o meu e os meus resumidos esforços, esquecendo filhos, vida e propriedade e não para espalhar o sangue e me tornar bandido de que me açoima o Paraná. Não pesará acaso na enigmatica consciencia do ex-presidente da República esta luta fratricida? certamente, não; porque pesaria também, nesse caso, o não sei quantos mezes de estado de sitio!

Tenho, pois, a dizer a V.Ex. Que tudo se conseguirá, desde que o preclaro e operoso chefe da Nação, queira fazer justiça. Só assim, previno aos interessados que com ameaças nada conseguirão porque mil homens que existem neste acampamento sob minhas ordens só se entregarão contra o direito depois do ultimo cahir. Ao convite verbal que V.Ex. Se dignou mandar fazer-me, pode V.Ex. Marcar o lugar, assim como se quizer poderá vir até este acampamento, onde teremos o prazer indizivel de recebê-lo. Póde V.Ex. Vir sem o menor receio que será garantido; não costumamos violar nossas promessas. Subcrevo-me com maior estima." (MARCIAL, 1920:458 a 460).

Apesar da carta explicitar claramente os interesses e necessidades dos sertanejos, estes não foram ouvidos em seus pedidos. O General Setembrino de Carvalho, em suas correspondências, se refere aos sertanejos como um 'punhado de patricios revoltosos', que, de armas na mão, afrontam as autoridades legalmente constituídas. Assim, dez dias após a correspondência de Antonio Tavares Junior, o General faz distribuir pelo sertão um 'Appello aos Revoltosos'.

Em seu apelo pede aos sertanejos, que deponham suas armas e voltem aos seus trabalhos. Estas são as únicas garantias que a lei e o governo pode oferecer às suas famílias.

"População. Aos meus patricios revoltados - Estou no Contestado em meio da tropa sob o meu commando no desempenho da missão que me foi confiada pelo Governo da República, de restabelecer a ordem nesta bella porção de territorio patrio. Com a alma confrangida é que assisto, nesta lucta ingloria, derramar o sangue precioso de meus patricios: soldados do nosso valoroso exército que tomam no cumprimento do dever, obedientes aos compromissos contrahidos para com a nossa Patria, cidadãos que, abandonando os lares, despresando o trabalho honesto e divorciando-se da civilização se internaram, errantes pelos sertões desertos, para attentar, de armas na mão, contra as autoridades legalmente constituídas.

E como sempre nutri o nobre desejo e a consoladora esperança de vencer esse punhado de brasileiros sem a dolorosa preocupação de exterminá-los, adoptei a defensiva como genero de guerra, preferindo que fôssemos os atacados. Por isso mesmo, ao encetar esta campanha, convidamos os rebellados a depor as armas, espalhando este meu justo appello, em transparência com os nossos sentimentos de humanidade. Atacados, temos sido sempre victoriosos.

Desde o dia 11 de setembro que luctamos, e os nossos soldados cada vez mais se sentem encorajados para a victoria final que não tarda. Mas é preciso parar; é forçoso que se termine essa lucta; que o sangue brasileiro não continue a manchar as nossas terras, onde a natureza accumulou thesouros inexgotaveis, para a grandeza da nossa patria.

Não venho trazer-vos a morte ou o presidio pela victoria das nossas tropas, sinão concitarmos a mais uma vez a que deponhaes as armas, e acceiteis as garantias que vos offereço em nome do governo e da lei. Impõe-se, portanto, que volteis novamente ao trabalho, meio unico capaz de garantir a felicidade do lar e promover a felicidade da nossa grande patria, que, na quadra actual precisa de patriotismo dedicado dos seus filhos.

Rio Negro, 28 de dezembro de 1914. General Fernando Setembrino de Carvalho, coomandante e chefe das forças em operações." (MARCIAL, 1920:461-2).

Os sertanejos não aceitam a proposta do General Setembrino e entendem que este '(...)Não tem até aqui, certamente interpretado bem as suas intenções; (...)'. A luta pela justiça e seus direitos, enquanto homens e cidadãos, significa muito mais que a simples volta ao trabalho; isto para aqueles que ainda têm trabalho para o qual voltarem.

A luta pelos seus direitos e a justiça constituem as verdadeiras aspirações daquela população, que em nenhum momento se recusou a trabalhar. Este esclarecimento é justificativa es-
tão contidos nas duas correspondências de Antonio Tavares Junior, em resposta ao exposto pelo General.

"Itajahy, 2 de Janeiro de 1915. Sr. Major Taurino de Rezende - Accuso o recebimento de vossa carta e dos boletins, os qua es nada se parecem com as primeiras cartas que me escrevestes. Temos a dizer que não abandonamos a civilização e nem repudiamos o trabalho, estamos nos debatendo e continuaremos nos debater até o dia que o Presidente da Nação quizer fazer justiça. Não ha certamente brasileiro que tendo um pouco de bom senso, não sinta-se offendido diante do nenhum valor que dão os grandes homens da ac tualidade ao mais alto poder do paiz.

Enfim, basta: Não continuarei neste ponto. O Sr. General Setembrino, não tem até aqui, certamente interpretado bem as nossas intenções; Não queremos nos internar nos sertões, nenhum sentimento desprezível inoculamos, queremos apenas

o que todo Catharinense que não degenerou quer, que é a execução da sentença, e sem isso serão baldados todos os esforços porque todos preferimos a morte á continuação do Paiz desmoralizado. Se o governo por implorarmos justiça e solicitarmos aquillo que temos direito nos extermina, paciência, porque o nosso protesto para a posteridade será mais um ponto negro gravado indelevel nos annaes da história; porém transigirmos, nunca, diante mesmo dos maiores sacrificios!

Tive o prazer hontem de escrevel-o relatando alguns factos que contrariaram-me sobremodo. Outrosim, convidei hontem em minha carta o official que representará o Sr. Coronel Julio Cesar, a vir a este acampamento e, agora repito que o espero o mais breve possivel; será como já disse, cercado de todas as garantias e tratado com toda firmeza que nos é peculiar. Si o acompanhardes até aqui muito estimaremos. Com estima subscreve-se. Attento criado e admirador - Antonio Tavares Junior."

"Itajahy, 4 de janeiro de 1915. Illustrre Major Taurino de Rezende - Saudações. Depois de aqui ter chegado, passei a pensar sobre a paz que não posso negar, faz-se sentir, diante, porém das clausulas que me foram entregues para a mesma, vejo que estamos sujeitos a ser exterminados, em vista de que é-nos indecorosa, quando que até aqui temos sustentado a revolta com muita altivez de carater e por um motivo justíssimo como sabeis.

Não podemos de fórma alguma depor as armas a não ser depois de terminado o litígio entre os dois estados (Santa Catarina e Paraná) e mais alguns pontos que

segundo o que conversamos ficou combinado; illudir-vos não posso porque assim como não sei curvar-me, também não sei fingir. Meu coração embora de um homem que já pegou em armas contra o poder, é sincero e leal, e o microbio nocivo da sociedade corrupta ainda não pôde contami nar.

Não sou eu, illustre senhor que peço esta solução de limites, e sim milhares e milhares de pessoas algumas das quaes talvez entregues a verdadeira miseria! Se o Exmo.Sr. General fizer o obsequio de interceder perante o Presidente da República neste sentido pôde contar com a nossa adhesão, mas se não fizer ou não puder nada temos a dizer, a não ser conformarmo-nos com a nossa sorte que indubitavelmente estigmatizará algum dia, a consciência dos culpados.

Si em todo o caso o Exmo.Sr. General ver que conseguirá algo a este respeito, então me dará doze dias a contar de amanhã para conseguir a adhesão de todos os interessados que, penso, sem a solução dos limites não accederão.

Há três sentenças, illustre senhor, a favor de Santa Catharina, porém, além dessas, olhando com desprezo, apparece outra maior e muito mais poderosa e que é a vontade unanime de todos que moram no ex-Contestado.

Não posso crer que o governo queira nos exterminar, quando deve estar convicto que defendemos aquillo que interesses particulares têm feito outros que mais direito têm calarem-se.

Também creio que o governo não há de querer exterminar filhos que se não demonstram denodo, pelo menos demonstram patriotismo, e que estão promptos ao primeiro brado da patria, correrem ás armas, sem mais interesse que o de servir-a e defendel-a.

É natural que não poderemos diante da combinação de paz fazer sahir pique-

les para trazeremos alguns recursos e menos possamos conservar 12 ou 15 dias sem alimento; appello, portanto, para o Exmo.Sr. General que creio seja adepto de pacificação, a nos auxiliar com os generos mais necessários para a nossa subsistência até o dia de haver ou não a pacificação. Abatemos aqui neste acampamento cinco rezes diariamente, de maneira que, para doze dias precisamos de 60 e pedimos mais 20 saccos de farinha de mandioca e 20 saccos de sal de cosinha, sem o que embora a nossa vontade estoica será difficil passarmos. Subcrevo-me com muita consideração vossa o attento criado e admirador. Antonio Tavares Junior.” (MARCIAL, 1920:467-8).

Com base nas análises feitas nos capítulos anteriores e nos depoimentos apresentados neste capítulo, podemos dizer que o movimento do Contestado, é um movimento que foi apresentado, sobretudo sob o estigma do ‘fanatismo’ e ‘banditismo’. A análise do movimento a partir da base material que determinou a formação do grupo social, contém as indicações para compreendermos a real dimensão do que ocorreu.

O sertanejo teve uma percepção, ainda que dissociada e confusa, das diferentes espoliações que vinha sofrendo. Estas se constituíram nas verdadeiras condições para que elaborasse sua própria leitura da realidade. Uma realidade que apresentava como possibilidade objetiva, a conquista de seus direitos, enquanto

homens pertencentes a um contexto social.

A percepção comum a todos, os consolida enquanto grupo social. Embora fossem homens pertencentes a níveis sociais diferentes, passaram por dificuldades e necessidades semelhantes. A análise da produção histórica do grupo e de sua prática, demonstrou que não houve a simples junção de indivíduos de uma mesma classe, ou de grupos deslocados da estrutura social; mas, a união de indivíduos que compartilhavam de uma mesma leitura de sua realidade, e cujos objetivos eram os de fazer observar as leis mais universais. Esta identidade constituiu o componente essencial na busca de uma mudança. E permitiu a construção de um novo grupo social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizar este estudo sobre o Movimento do Contestado foi um grande desafio. O que mais nos chamava atenção era o fato deste ter sido um dos primeiros movimentos expressivos da história dos trabalhadores rurais ocorridos em Santa Catarina e no Brasil. Hoje, após dois anos de pesquisas e estudos, sentimos condições de tecer algumas considerações que venham contribuir para elucidar os acontecimentos do Contestado no período de 1912 a 1916.

Este trabalho não é uma nova descrição da história do movimento, nem constitui uma apresentação ou aprofundamento de uma das correntes explicativas nele analisadas. 'A Construção da Identidade do Homem do Contestado - Enquanto Grupo social' buscou delinear a constituição destes homens que viveram o movimento.

A busca de conhecer mais sobre quem realmente eram estes homens e que formas encontraram para fazer a leitura do seu real sempre esteve presente em nossas análises.

Partimos da história conhecida. Com base nas obras, documentos de historiadores e pesquisadores tivemos condições de fazer uma primeira leitura do movimento. Nos deparamos com um quadro complexo de lutas e reivindicações de uma população interiorana simples, semi-analfabeta ou analfabeta que pegou em armas e se posicionou contra as empresas estrangeiras estabelecidas na região, contra os coronéis e o Estado.

A partir deste momento surgiram para nós alguns questionamentos: De onde veio tanta gente? Como, num período tão curto de convivência com os monges, se criou um elo de ligação tão forte para manter, em certos períodos, cerca de 10.000 pessoas em conflito direto com o exército? O que existiria de comum entre aqueles homens que os uniu numa história de lutas, confrontos e resistência? Indagações como estas nos levaram à busca do desvelamento do processo de construção histórica deste homem, tomando como fio condutor de nosso trabalho a base material da produção do homem que viveu o movimento do Contestado.

As mudanças sociais decorrentes das mudanças implementadas pelo processo de produção capitalista, provocaram modificações fundamentais nas relações de produção. Na região do Contestado, o período compreendido entre 1908 a 1913, foi uma fase de

grandes transformações. A região viveu a expressão do que havia de mais novo nas relações de produção, naquele período histórico: a construção de uma ferrovia, que corta no sentido norte/sul um solo riquíssimo em madeira; a instalação de indústrias madeireiras totalmente mecanizadas; a crescente exploração da erva-mate, uma das atividades mais rentáveis da época e, por fim, a execução do projeto de colonização, realizado entre o Estado e as empresas colonizadoras, com famílias exclusivamente estrangeiras.

Estes fatos contribuíram para a produção de novas formas de organização do processo de trabalho e das relações de poder. O trabalho assalariado, tanto na ferrovia como nas madeireiras, é introduzido em sua forma plena. Os coronéis que até então eram os grandes controladores da região, apoiados pelo Estado, aliam-se às empresas estrangeiras que lá se estabeleciam, agora, também apadrinhados pelo Estado.

A estrutura social é visivelmente abalada em decorrência dessas mudanças. A valorização econômica daquelas terras estimula os coronéis a estenderam seus domínios para áreas em que caboclos e sitiantes estavam estabelecidos. O peão, que era trabalhador característico da fazenda, passa a ser o trabalhador das madeireiras. O término da ferrovia e a dispensa

de seus trabalhadores fizeram com que estes se estabelecessem em suas terras marginais. Com a exploração da madeira é dado início ao projeto de colonização, e, para tanto, seus posseiros são expulsos. Como consequência destas mudanças pode ser identificada a produção de um grupo que não tem para onde ir. Autores, como Duglas Teixeira Monteiro, denominam este grupo de 'massa humana errante'.

A busca pelas 'cidades santas' ou redutos é um dos poucos caminhos vislumbrados por esta gente. Vemos que é exatamente a partir de 1913 que as 'cidades santas' aumentam assustadoramente. Cidades pipocavam em toda a região. Em 1914, os sertanejos dominavam toda a área Contestada. É sob a ordem da 'Santa Religião' criada e pela 'monarquia', que temos no período de 1913 a 1916, uma história de lutas e confrontos contra o exército e os coronéis.

Compreender o Contestado a partir das condições histórico-sociais, que permearam a eclosão do movimento, significa buscar na base material concreta da sua produção histórica. Como reflete Marx "O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da natureza dos meios de vida já encontrados e que têm de reproduzir. Não se deve considerar tal modo de produção de um único ponto de vista, a saber:

a reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se muito mais de uma determinada forma de atividade dos indivíduos, determinada forma de manifestar sua vida, determinado modo de vida dos mesmos. Tal como os indivíduos manifestam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, portanto, com sua produção, tanto com o que produzem, como com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção." (MARX & ENGELS, 1986:27-8).

Assim, os sertanejos do Contestado encontram, a partir da produção e reprodução de sua existência, os meios para buscar seus direitos enquanto homens e cidadãos. É através da concepção de 'monarquia' e 'religião' que apresentam sua recusa à opressão, ao abuso de poder dos coronéis, e, à espoliação de seus bens.

Nos depoimentos e cartas apresentados, esta recusa toma a forma concreta quando se revoltam contra as empresas estrangeiras, que os expulsaram de suas terras; contra os coronéis que até bem pouco tempo eram seus compadres e padrinhos; contra um Estado, reconhecido como República, que têm como atuação, a legitimação das atitudes dos coronéis e empresas.

Neste momento poderíamos concluir afirmando que o movimento do Contestado se apresentou sob a forma religiosa, por esta se constituir a expressão conhecida pelos sertanejos, para explicar o mundo. A religião criada não se sobrepôs ao real. Ao contrário, foi o caminho de sua explicação. Por isso, dizer que o movimento foi apenas messiânico, ou seja, desenvolvido na busca de um mundo imaginário e irreal, consiste numa leitura parcial do que ocorreu.

A religião como protesto social, foi uma clara recusa das condições materiais concretas estabelecidas. Entretanto, não se constituiu numa mera busca do passado.

Na sua constituição concreta o grupo se caracteriza como um grupo social e não como uma classe social, porque não inclui um modo de vida e objetivos antagônicos ao capital. O que os movia eram interesses imediatos de restauração dos seus direitos de cidadania, no quadro objetivo mais moderno das relações sociais de produção capitalista.

Portanto, homens identificados em necessidades e interesses semelhantes, buscam, através da luta pelos seus direitos, uma realidade melhor e mais justa. Neste sentido, se constituem histórica e concretamente como um novo grupo so-

cial.

Em nenhum momento podemos negar a busca da justiça e direitos elaborada pelos sertanejos, principalmente pela consciência que expressam sua situação. Como registra Antonio Tavares Junior, em sua carta de 2 de janeiro de 1915, " (...) se o governo por implorarmos justiça e solicitarmos aquilo que temos direito nos extermina, paciência, porque o nosso protesto para a posteridade será mais um ponto negro gravado indelével nos annaes da história; porém transigirmos, nunca, diante mesmo dos maiores sacrifícios."

BIBLIOGRAFIA

d'ASSUMPCÃO, Herculano Teixeira, 1917. A Campanha do Contestado, vol I. Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

-----, 1918. A Campanha do Contestado, vol II. Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

AURAS, Marli, 1984. Guerra do Contestado: a Organização da Irmandade Cabocla, Florianópolis: ed.UFSC: Assembleia Legislativa; São Paulo: Cortez Editora.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues, 1979. A Campanha do Contestado, Florianópolis, Lunardelli.

DERENGOSKI, Paulo Ramos, 1986. O Desmoronamento do Mundo Jagunço, Florianópolis, Fundação Catarinense de Cultura.

FACÓ, Rui, 1980. Cangaceiros e Fanáticos (Gênese e luta).

6ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira e Universidade Federal do Ceará.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA e FUNDAÇÃO ROBERTO MARI-
NHO (org.), 1987. Contestado. Rio de Janeiro,
Idex.

GONTIJO, Claudio, 1984. A Revolução Agrícola no Brasil:
Singularidade do Desenvolvimento do Capitalismo
na Agricultura Brasileira:1850-1930. Campinas,
UNICAMP, tese de mestrado (mimeo).

GRAMSCI, Antonio, 1987. Concepção Dialética da História.
7ªed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

HELLER, Agnes, 1985. O Cotidiano e a História. 2ªed. Rio
de Janeiro, Paz e Terra.

HOBBSBAWM, Eric J., 1981. Os Trabalhadores (Estudos sobre a
história do operariado). Rio de Janeiro, Paz e
Terra.

-----, 1987. Mundos do Trabalho. Rio de Janeiro, Paz e
Terra.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco, 1986. Os Subversivos da República. São Paulo, Brasiliense.

KOSIK, Karel, 1976. Dialética do Concreto. 3ªed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

LE MOS, Zélia de Andrade, 1983. Curitibanos na História do Contestado. 2ªed.(revisada e aumentada). Curitiba, Impressora Frei Rogério Ltda.

-----, (co-autora). A História dos Fanáticos em Santa Catarina e Parte de Minha Vida Naqueles Tempos- 1913/1916 de Alfredo de Oliveira Lemos. Passo Fundo, Gráfica e Editora Pe. Berthier.

MARCIAL, Crivelário, 1920. A Campanha do Contestado (Episódios e Impressões). 2ªed. Rio de Janeiro.

MARTINS, José de Souza, 1981. Os Camponeses e a Política no Brasil. Petrópolis, vozes.

-----, 1975. Capitalismo e Tradicionalismo: Estudos Sobre as Contradições da Sociedade Agrária no Brasil. São Paulo, Pioneira.

MARX, Karl, 1983. Contribuição à Crítica da Economia Política. 2ªed. São Paulo, Martins Fontes.

-----, 1987. O Capital (Crítica da Economia Política). Livro primeiro, vol I e II. 11ªed. São Paulo, Difel.

MARX, Karl e ENGELS, Frederick, 1986. A Ideologia Alemã (I-Feuerbach). 5ªed. São Paulo, Hucitec.

MONTEIRO, Douglas Teixeira, 1974. Os Errantes do Novo Século (Um estudo sobre o surto milenarista do Contestado). São Paulo, Duas Cidades.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro, 1985. Religião e Dominação de Classe: Gênese, Estrutura e Função do Catolicismo Romanizado no Brasil. Petrópolis, vozes.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de, 1976. O Messianismo no Brasil e no Mundo. 2ªed. (revisada e aumentada). São Paulo, Alfa-ômega.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de, 1981. Messianismo e Conflito Social (A guerra Sertaneja do Contestado: 1912-

1916). 3ªed. São Paulo, Ática. (Série Ensaios - 23).

SILVA, J. Graziano, 1981. "Estrutura Fundiária e Relações de Produção no Campo Brasileiro". Ensaio - Fundação de Economia e Estatística. Porto Alegre. 1 (2), junho.

SILVA, Rosângela Cavalazzi da, 1983. Terras Públicas e Particulares - O Impacto do Capital Estrangeiro sobre a Institucionalização da Propriedade Privada (um estudo da "Brazil Railway Company" no meio oeste catarinense). Dissertação de mestrado (mimeog). UFSC.

SOARES, J.O.Pinto, 1931. Guerra em Sertões Brasileiros (do fanatismo à solução do secular litígio entre o Paraná e Santa Catarina). Rio de Janeiro, Papellaria Velho.

SORJ, Bernardo, 1980. Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira. 5ªed. Rio de Janeiro, Zahar.

STULZER, Frei Aurélio, 1982. A guerra dos Fanáticos (1912 a 1916). Vila Velha, vozes.

THOMÉ, Nilson, 1980. Trem de Ferro. Cacador, Imprensa Universal Ltda.

THOMPSON, Edward, 1987. A Formação da Classe Operária Inglesa. Vol I, II e III. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez, 1977. Filosofia da Praxis. 3ªed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.